

LEIA TAMBÉM NA INTERNET

GazetadoParaná

gazetadoparana.com.br

Publicidade Legal

Baixe o aplicativo

Edição 10.668 // Fechamento 20h00

O jornal mais lido do estado

GazetadoParaná

R\$2,00 Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri

SEXTA-FEIRA // 21.03.2025 // Cascavel-PR

www.gazetadoparana.com.br

Sanepar sob investigação



Andre Thiago/Sanepar

INQUÉRITO FOI INSTAURADO APÓS RESCISÃO DE CONTRATO ANTERIOR

- Documento que oficializa o inquérito destaca que o objetivo da investigação é apurar se houve prejuízo ao patrimônio público
- Promotora de Justiça fundamentou a abertura do inquérito com base em indícios de irregularidades na rescisão do contrato
- Atual presidente da Sanepar, Wilson Bley Lipski, herdou uma série de problemas de gestões anteriores na companhia

Público pág. 3

Na Alep Deputados pressionam Copel após apagões

Parlamentares cobram explicações da Copel sobre falhas no fornecimento de energia no Paraná. A empresa caiu do 10º para o 25º lugar no ranking da Anel entre 2021 e 2023, piorando após a privatização. Deputados estaduais avaliam convocar diretores para audiência na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). O debate começou na quarta-feira (19). **Público** ● P.2

No Congresso Orçamento é aprovado após longa discussão

Após meses de atraso, o Congresso aprovou o Orçamento da União de 2025, que agora segue para sanção presidencial. A demora ocorreu devido a disputas sobre transparência em emendas parlamentares, afetando gastos do governo. O orçamento prevê superávit de R\$ 15 bilhões e inclui investimentos em saúde, educação e programas sociais. **Público** ● P.4

CURITIBA ESTÁ SOFRENDO COM A INSEGURANÇA



Pedro Ribes/SAFCS

Crimes ocorrem com frequência

● A insegurança tem sido uma preocupação crescente em Curitiba, com o aumento da criminalidade assustando a população. Casos de sequestros-relâmpago em estacionamentos de supermercados chamaram atenção, com três vítimas em poucos dias. O suspeito foi preso em flagrante, evidenciando um padrão de abordagem violenta. A segurança pública foi um dos principais temas das eleições de 2024, sendo apontada como prioridade por 34% dos eleitores, segundo pesquisa Quaest. O prefeito Eduardo Pimentel propôs reforço na Guarda Municipal e integração tecnológica para conter crimes. Recentemente, a prefeitura inaugurou um módulo da GM na Praça Oswaldo Cruz e anunciou a criação do Conselho Municipal de Segurança. Além disso, operações como a "Centro Seguro" visam reprimir crimes na região central. Apesar dessas iniciativas, a criminalidade continua sendo um grande desafio para a gestão municipal e estadual. A prefeitura e o governo estadual seguem buscando soluções, mas a população ainda cobra medidas mais eficazes e rápidas. **Público** ● P.4



Alexandre

Série D Técnico Tcheco projeta estreia do Cascavel na D

O último jogo oficial do Cascavel ocorreu no dia 04 de março, quando o clube foi eliminado da Copa do Brasil pela Apareci-dense. Antes disso, o time jogou contra o América-MG pela mesma competição e foi eliminado do Paranaense. O técnico Tcheco quer aproveitar esse período sem jogos para ajustar o time para a disputa da Série D a partir do mês que vem. **Esportes** ● P.6

Handebol Meninas de Cascavel disputam a Supercopa

O primeiro grande desafio do time feminino do Cascavel Handebol será a Supercopa do Brasil. A competição será realizada em Brasília a partir deste fim de semana. E logo de cara, as meninas do técnico Nenê Zenatti fazem um clássico contra Maringá na estreia no domingo (23). O grupo não é dos mais fáceis, já que Cascavel também irá enfrentar Iguatema e Sorocaba. **Esportes** ● P.6



Luciano Neves/GP

Público

Ineficiência da Copel Deputada entrega relatório à Copel com demandas urgentes, incluindo manutenções, indenizações ágeis e plano emergencial para resolver crise energética no Estado do Paraná

Deputados exigem respostas sobre falhas no fornecimento de energia

Copel promete manutenção em 150 quilômetros de rede no Sudoeste até março, apontando vegetação como principal causa de quedas de energia

GABRIEL PORTA
Cascavel

Deputados da base governista e da oposição ao governador Ratinho Junior (PSD) pressionam a Copel por esclarecimentos sobre as constantes interrupções no fornecimento de energia no Paraná. Entre 2021 e 2023, a empresa caiu da décima para a 25ª posição no ranking de desempenho da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), cenário que se agravou após a privatização da companhia, concluída em agosto de 2023. Os parlamentares avaliam convocar diretores da empresa para uma audiência na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). O debate foi iniciado durante sessão na quarta-feira (19).

A deputada Luciana Rafagnin

(PT) destacou em seu discurso os prejuízos causados aos produtores rurais, citando a perda de 60 mil toneladas de tilápia em Cascavel e a morte de 707 frangos em apenas 10 minutos no último domingo (16), em Sulina, no Sudoeste do estado, devido a falhas no fornecimento de energia. A parlamentar também mencionou que, em 2023, a Copel recebeu 28 mil pedidos de indenização por danos causados por apagões, mas apenas pouco mais de 7 mil foram atendidos. "Ainda esperamos uma solução definitiva. Os prejuízos são enormes para os agricultores, com perdas de milhares de litros de leite, toneladas de peixe e até a morte de aves em granjas. O produtor paga a conta em dia, mas não recebe uma resposta ágil quando ocorre um apagão", afirmou Rafagnin.

A deputada entregou à Copel um relatório com as demandas apresentadas durante a reunião do Bloco da Agricultura Familiar. Entre as reivindicações estão a realização urgente de manutenções, indenizações rápidas para os agricultores afetados, a criação de um pla-



A Copel recebeu 28 mil pedidos de indenização por danos causados por apagões. Alisson Rosal/Arquivo AGF

no emergencial para restabelecimento da energia e maior transparência sobre a falta de materiais e problemas de infraestrutura.

Karine Torres, diretora de operações da Copel, afirmou que até o final de março serão realizados trabalhos de manutenção em 150 quilômetros de rede na região Sudoeste do estado. Ela também apontou que a principal causa das quedas de

energia são as árvores e a vegetação que, frequentemente, interferem no circuito elétrico. "Muitas vezes, a queda de um galho nos fios é suficiente para interromper o fornecimento", explicou.

Impactos no setor produtivo

Luciana Rafagnin alertou que os problemas não se limitam ao campo, mas também afetam pequenos comércios e indústrias. "A agricultura familiar não recebe desconto na fatura, continua pagando taxas altíssimas, mas acumula prejuízos com a falta de energia. Precisamos que a Copel dê uma resposta concreta", disse.

Um documento elaborado durante a audiência e encaminhado à companhia cobrou a criação de um plano emergencial para responder aos apagões, a definição de um prazo máximo para o restabelecimento da rede elétrica, a revisão da estrutura operacional, a garantia de transparência sobre a falta de materiais e problemas de infraestrutura, compensações financeiras por quedas prolongadas de energia, isenção na fatura das famílias prejudicadas e a abertura de canais mais ágeis para atendimento aos consumidores.

De acordo com o deputado Arilson Chiorato (PT), 384 das 399 cidades paranaenses registram quedas de energia mais de

uma vez por semana. Os problemas teriam se intensificado após a privatização da Copel, com a redução do quadro de funcionários e a contratação de novos profissionais. A empresa é presidida por Daniel Pimentel Slaviero, irmão do prefeito de Curitiba, Eduardo Pimentel (PSD).

Críticas à comunicação e à privatização

Deputados e representantes de entidades criticaram a falta de canais eficientes de comunicação entre a Copel e os consumidores. "Antes da privatização, já alertávamos sobre os problemas

que poderiam ocorrer. Agora, além das quedas frequentes e dos prejuízos, há dificuldade para saber a quem recorrer e como buscar soluções", disse Luciana Rafagnin.

O líder da base governista, deputado Hussein Bakri (PSD), afirmou que pretende articular um encontro com diretores da Copel nos próximos dias. "É fundamental que todas as empresas públicas, independentemente de serem totalmente públicas ou não, prestem contas à sociedade. Vamos organizar um debate com os diretores da Copel para discutir os investimentos futuros", declarou.

Já o deputado Evandro Araújo (PSD) reforçou a necessidade de ouvir os diretores da empresa, diante das reclamações que tem recebido. Por outro lado, o líder do PSD na Alep, deputado Reichembach, negou que os problemas estejam diretamente relacionados à privatização. "Temos questões pontuais, mas é importante destacar que a Copel investiu mais de R\$ 1 bilhão. As demandas são sérias e precisam ser corrigidas, como a modernização das redes antigas e a implementação do sistema trifásico, que facilita a manutenção", argumentou.

Compromissos da Copel

Durante a audiência pública, a Copel se comprometeu a realizar a limpeza de 150 quilômetros de linhas de transmissão, com poda e remoção de galhos que possam comprometer o fornecimento de energia. A empresa afirmou que a manutenção na região Sudoeste será concluída até 28 de março. Em fevereiro de 2023, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faeap) já havia cobrado soluções para as constantes interrupções no fornecimento de energia em zonas rurais. Dados da Aneel mostram que, no último quadrimestre de 2023, houve mais de 38 mil interrupções, um aumento de 23,6% em relação ao mesmo período de 2022. O tempo médio de atendimento também subiu, passando de 248 minutos para 355 minutos, quase seis horas.

SUA MARCA MERECE SER NOTADA E VALORIZADA

- Criação de Logo e Id. Visual
- Marketing Digital
- Campanhas Off Line

(Tv, Rádio, Outdoor, Material Gráfico)

- Vídeos Institucionais.



IDEIAS DE PESO

Entre em contato e saiba mais...

@ @life_comunicacao

(45) 99829-2726

Pedágios: Alep analisa primeiro ano das novas concessões

Da redação
Cascavel

Na próxima segunda-feira (24), às 9 horas, a Frente Parlamentar das Engenharias e Infraestrutura da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) promove uma audiência pública para debater o tema "Primeiro Ano dos Pedágios: Resultados, Desdobramentos e Perspectivas". O evento, que marca o aniversário de um ano da implementação das novas tarifas nos lotes 1 e 2 do sistema de pedágio do estado, contará com a participação de autoridades, representantes das concessionárias, órgãos fiscalizadores e entidades da sociedade civil.

O deputado Fabio Oliveira, coordenador da Frente Parlamentar, destacou a importância do encontro como uma oportunidade de transparência e prestação de contas à população. "Nosso papel, como Legislativo, é fiscalizar para evitar que obras fiquem inacabadas, como ocorreu no passado. Este debate é essencial para avaliar os resultados alcançados e os próximos passos", afirmou Oliveira. Ele ainda ressaltou a necessidade



Rodrigo Felix/Lesi/SEI

de manter o diálogo com o setor produtivo, órgãos de controle e a sociedade civil para garantir a continuidade do trabalho. Entre os participantes confirmados estão representantes de entidades do setor produtivo, como a Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), Fetranspar, Ocopar, ACP, Faciap, Faep e Fecomércio, além de instituições de classe, como o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA-PR) e o Instituto de Engenharia do Paraná (IEP). As concessionárias EPR Litoral Pioneiro, Via Araucária e CCR – esta última responsável pelo lote 6 – também estarão presentes para apresentar relatórios e

planos futuros. A audiência ainda contará com a participação de órgãos federais e estaduais, como a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a Secretaria de Infraestrutura e Logística, além de representantes do Grupo BR-277. A Frente Parlamentar das Engenharias e Infraestrutura tem monitorado de perto o novo modelo de concessão, realizando reuniões periódicas com entidades de classe e integrantes do G7, grupo que reúne as principais federações empresariais do estado. O objetivo é garantir que os investimentos em infraestrutura atendam às expectativas.

Sob investigação Contrato com a Sanetran, assinado sem licitação, aumentou valores pagos pela Sanepar em mais de 250%; Ministério Público cobra esclarecimentos da estatal paranaense

Sanepar sob investigação: contrato milionário levanta suspeitas no MP

Ministério Público investiga revogação de contrato barato e substituição por outro três vezes mais caro. Empresa beneficiada acumula contratos milionários com órgãos público

BRUNA BANDEIRA DA LUZ
Cascavel

• A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) está no centro de uma investigação conduzida pelo Ministério Público do Paraná (MPPR) devido a um contrato milionário firmado sem licitação com a empresa Sanetran Saneamento Ambiental Ltda. O inquérito foi instaurado após a estatal rescindir unilateralmente um contrato anterior, mais barato, e substituí-lo por um novo, com valores três vezes superiores para a mesma prestação de serviço. A suspeita de superfaturamento, direcionamento de contratação e má gestão dos recursos públicos coloca a estatal paranaense sob escrutínio, enquanto os questionamentos sobre a nova empresa contratada também se acumulam.

O Ministério Público do Paraná oficializou a conversão do procedimento preparatório em Inquérito Civil, ampliando as investigações sobre as decisões da Sanepar. A promotora de Justiça Rosana Mikrut da Rocha Loures Demchuk fundamentou a abertura do inquérito com base em indícios de irregularidades na rescisão do contrato nº 54900/2023, firmado com a Inova Ambiental, seguido da contratação da Sanetran por um valor superior ao dobro do originalmente pactuado.

O documento que oficializa o inquérito destaca que o objetivo da investigação é apurar se houve prejuízo ao patrimônio público e se a revogação unilateral do contrato foi feita com justificativa legítima. A Sanepar e a Sanetran foram notificadas e



O aumento expressivo no custo da contratação chamou a atenção do MPPR. **ACN**

deverão apresentar documentos comprobatórios sobre a legalidade do novo contrato.

Nova contratação milionária

Em setembro de 2023, a Sanepar assinou um contrato com a Inova Ambiental Transportes de Resíduos Ltda., empresa responsável pela coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos domésticos e recicláveis no aterro sanitário de Cornélio Procopio. O serviço, contratado com dispensa de licitação sob justificativa de emergência, teve um valor de R\$ 568.730,67 e deveria durar 90 dias.

No entanto, antes mesmo de sua execução, o contrato foi revogado unilateralmente pela Sanepar. Em um e-mail datado de 5 de outubro de 2023, a estatal orientou a Inova Ambiental a não iniciar os serviços, informando que um novo processo de contratação seria aberto, agora com prazo de até 180 dias.

Poucos meses depois, em abril de 2024, a estatal firmou um novo contrato emergencial, desta vez com a empresa Sanetran Saneamento Ambiental Ltda., pelo período de até 180 dias, mas com um valor muito superior: R\$ 1.999.816,00. O aumento ex-

pressivo no custo da contratação chamou a atenção do MPPR. A coleta e destinação de resíduos sólidos urbanos domésticos, que antes custava R\$ 449.695,35, subiu para R\$ 1.653.085,00. Já a coleta e destinação de resíduos recicláveis, que custava R\$ 119.035,32, passou a R\$ 346.731,00.

Sanetran

A empresa Sanetran Saneamento Ambiental Ltda. tem um histórico de forte presença em contratos com órgãos públicos. Sedada em Almirante Tamandaré (PR) e com capital social de R\$ 20,99 milhões, a empresa atua principalmente na coleta e destinação de resíduos, mas seu escopo de atividades é vasto, incluindo transporte rodoviário, compra e venda de imóveis, serviços de engenharia, aluguel de equipamentos e até administração de rodovias.

Seus principais sócios e administradores são Nelson Luiz Marcondes Bettiga, Luiz Carlos Poli e José Lago, além da participação da holding Sanetran Participações S/A. A empresa também mantém diversos contratos com órgãos governamentais, incluindo o Ministério da Economia, Banco Central, Ministério

SANEPAR

Atual gestão da Sanepar herdou série de problemas

• O atual presidente da Sanepar, Wilson Bley Lipski, herdou uma série de problemas de gestões anteriores da companhia de saneamento. Apesar do esforço, os problemas crônicos demandam tempo para uma resolução efetiva. Bley tem acompanhado de perto os problemas, apresentado soluções, mas a falta de investimentos nos últimos anos se tornou uma barreira para soluções imediatas. Bley acompanha de perto a falta de água que está assolando as cidades do Paraná, principalmente em Ponta Grossa, onde famílias inteiras chegaram a ficar quatro dias sem uma gota de água. Ele reconheceu as falhas da companhia e, em entrevista ao vivo à RPC, chegou a pedir desculpas pelos transtornos causados.

do Turismo e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária. O levantamento de suas contratações revela contratos variando de R\$ 37 mil a R\$ 8,4 milhões, sendo a maior parte firmada por dispensa de licitação.

Sanepar não pagou ressarcimento

Em nova manifestação enviada ao Ministério Público, a Sanepar reconheceu que ainda não realizou o ressarcimento à Inova Ambiental pelos prejuízos cau-

sados pela rescisão unilateral do contrato. A estatal afirmou que solicitou à empresa que formalizasse seus prejuízos e que, em resposta, a Inova apresentou um pedido de ressarcimento no valor de R\$ 90 mil. No entanto, a Sanepar alegou que os documentos enviados não foram suficientes para validar o montante e que, por isso, foi recomendada a criação de uma Comissão Administrativa Independente para avaliar a questão. Segundo a estatal, o processo ainda está em

transmissão interna.

Outro ponto crítico revelado no documento é que o contrato com a Inova Ambiental nunca foi publicado no Portal da Transparência da Sanepar. A justificativa da estatal foi de que, como o contrato foi cancelado antes da execução dos serviços, ele não precisaria ser disponibilizado publicamente.

Sanepar se cala

Até agora, a Sanepar não se pronunciou sobre os motivos que levaram à revogação do contrato mais barato e à substituição por um contrato emergencial muito mais caro. A estatal também não explicou quais foram os critérios utilizados para justificar o aumento expressivo dos valores pagos à Sanetran. A Gazeta do Paraná entrou em contato com a Sanepar solicitando esclarecimentos sobre a questão, mas até o fechamento desta matéria não obteve retorno. A Gazeta também tentou contato com a Inova Ambiental, mas o número de telefone disponível na internet consta como inexistente. Já ao entrar em contato com a Sanetran pelo telefone, a equipe de reportagem foi encaminhada para falar com Camile, responsável pelo departamento de licitações, mas as ligações não foram atendidas. A Gazeta do Paraná segue à disposição para que todas as partes envolvidas possam apresentar sua versão dos fatos.

Próximos passos

O Ministério Público segue apurando o caso e pode adotar medidas judiciais caso sejam confirmadas irregularidades. Se forem constatadas falhas na condução do contrato ou indícios de superfaturamento, os responsáveis podem responder por improbidade administrativa e danos ao erário público.

Enquanto isso, a população paranaense continua pagando a conta, sem saber se o dinheiro investido no serviço de coleta de lixo está sendo realmente bem aplicado ou se virou apenas mais um exemplo da opacidade dos contratos públicos no Brasil.

Renato Silva determina “pente-fino” no programa Bolsa Família em Cascavel

Objetivo é impedir qualquer cadastro irregular de pessoa que não se enquadre no perfil do programa de assistência social

Da Secom
Cascavel

• Com o olhar humano e oferecendo assistência às famílias vulneráveis que realmente precisam, o programa Bolsa Família atende 12.778 famílias em Cascavel. No entanto, para garantir que não há nenhuma irregularidade e que não tenha nenhuma fraude de beneficiado que não se enquadre no perfil recebendo o auxílio financeiro, o prefeito de Cascavel, Renato Silva, determinou um verdadeiro “pente-fino” nos cadastros do programa.

Para isso, o chefe do Executivo determinou, por meio de ofício, encaminhado para a Secretaria de Assistência Social, uma averiguação mais detalhada a fim de garantir uma gestão eficiente do programa federal.

Conforme a determinação, a Gestão do Cadastro Único realizará procedimentos de qualificação cadastral com o objetivo de identificar cadastros desatualizados e com dados inconsistentes. Para dar andamento a este trabalho, haverá um cronograma de visitas domiciliares, com intuito de realizar uma análise minuciosa dos benefícios concedidos, garantindo que

A FRASE

“Acredito que a gente precisa conversar a agricultura. O que nos incomoda hoje e quais são as grandes oportunidades que o Paraná tem”

NATALINO DE SOUZA
Secretário de Agricultura

o Programa Bolsa Família seja executado de maneira justa e eficiente.

Soma-se ainda à ação o Decreto Municipal nº 19.304/2025, publicado ontem (21), que institui a comissão e estabelece ainda que o grupo deverá monitorar a evolução do acompanhamento das condicionalidades, assim como o registro nos sistemas específicos; planejar e articular estratégias, com a rede de proteção social para superação das situações de vulnerabilidade, conforme os resultados dos motivos de não cumprimento e subsidiar e prestar informações aos Conselhos Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde nos conteúdos e dimensões do programa, entre outros. A Comissão Municipal Intersectorial do Programa Bolsa Família se reunirá com periodicidade mínima de três meses. Secretarias de Assistência Social, Educação e Saúde fazem parte.

Amop

Com foco no campo, a segun-



Secom

da assembleia do ano da Amop reuniu prefeitos, vices, secretários de agricultura de toda a região e técnicos do IDR (Instituto de Desenvolvimento Rural), ontem (20), na instituição. O evento contou ainda com a presença do Secretário de Estado da Agricultura, Natalino de Souza. Os temas foram relacionados à área rural, suas potencialidades e demandas, especialmente em relação a melhorias de estradas, nas redes de distribuição de água e energia, produção de biogás e políticas públicas voltadas ao setor rural. “A nossa região é uma das terras mais produ-

tivas do planeta e nós estamos sempre discutindo, avaliando, melhorando, avançando para cada vez produzir mais, gerar mais riqueza, alimentar mais seres humanos. A reunião aqui na Amop é para debatermos, discutirmos as ideias para colocarmos em prática estas ações tão importantes para o agronegócio”, disse o prefeito Renato Silva.

O secretário de Agricultura, Natalino de Souza, destacou a importância do Estado do Paraná na produção de alimentos para o mundo. “A ideia é fazer uma abordagem geral, como é

que nós estamos vendo a agricultura do Paraná: quais são as oportunidades e quais são os desafios. Acredito que a gente precisa conversar a agricultura. O que nos incomoda hoje e quais são as grandes oportunidades que o Paraná tem. Calcula-se que em 2050 o mundo deve ter 10 milhões de pessoas para comer. Como é que o Paraná se planeja para aproveitar isso? O Paraná é o supermercado do mundo. É o Estado que vive de produção de alimentos, então é essa abordagem que a gente quer fazer neste encontro com os prefeitos do oeste”.



Result
CONSULTORIA EMPRESARIAL

✓ Excelência ✓ Comprometimento ✓ Agilidade

Juntos, transformamos desafios em oportunidades e aceleramos seu caminho para o sucesso

Impulsionando negócios, gerando resultados



Contato: (41) 3052-0000 (41) 3052-0000 result@resultconsultoria.com.br result@resultconsultoria.com.br R. Pedro dos Santos Ramos, 790, Jardim La Salle, Toledo-PR

Na Capital de todos os paranaenses Crescimento de casos de violência no município, com roubos, furtos e sequestros assusta a população, que pede por ações efetivas para frear atuação de criminosos

Insegurança preocupa Curitiba e poder público busca soluções

Sequestro de mulheres em supermercados é apenas um dos problemas diagnosticados na capital do estado

DA REDAÇÃO
Cascavel

•Moradores de Curitiba tem convivido com a insegurança. O aumento na criminalidade na cidade é uma preocupação crescente e que além de assustar, traz riscos a toda população. Nos últimos meses, casos graves de repercussão nacional foram registrados na cidade e também na região metropolitana da capital paranaense, e são apenas exemplos do que a população tem de viver diariamente.

Um dos casos que demonstra toda essa insegurança diz respeito a sequestros registrados em estacionamentos de supermercados. Em 10 dias, duas mulheres foram vítimas de sequestros-relâmpago na Capital do Estado. Os casos aconteceram no mesmo bairro da capital paranaense, o Bigorribo. Em ambos, criminosos abordaram as vítimas armadas.

Na segunda situação registrada no dia 10, a mulher ficou cerca de 4 horas com o criminoso, que exigia que ela retirasse dinheiro de um caixa eletrônico utilizando seus dados bancários. Ao todo, a vítima teve um prejuízo aproximado de R\$ 6 mil, incluindo dinheiro, joias e outros pertences levados pelo criminoso.

Nesse caso, o crime foi registrado na saída do estacionamento de um supermercado da rede Muffato, que se manifestou e solidarizando com a vítima. "Assim que fomos informados sobre a ocorrência, contribuímos com a investigação, cooperando com a polícia e reforçando a segurança interna", disse em comunicado a rede.

Já o primeiro caso foi registrado no dia 28 de fevereiro, no supermercado Festival, onde a vítima foi rendida e esteve em "posse" do criminoso por 3 horas. O suspeito teria tentado realizar transações bancárias utilizando o celular da vítima, tendo levado ainda joias e também o aparelho da mulher.

Em nota o supermercado afirmou que tem reforçado a segurança nos estacionamentos da



A Guarda Municipal é um dos recursos de combate à criminalidade em Curitiba. Arquivo/GMC

rede e ressaltou a importância de cuidados pessoais por parte dos clientes.

Na tarde de terça-feira (18), após uma longa investigação o suspeito foi pego em flagrante após ter sequestrado uma terceira pessoa. Ele foi encontrado dentro do veículo da vítima no bairro Prado Velho, quando ainda mantinha a vítima sob seu poder. No momento da abordagem, ele portava um simulacro de pistola.

O modo de ação era sempre

EM NÚMEROS

34%

dos curitibanos acreditam que o principal problema na cidade é a segurança pública

o mesmo: abordava as vítimas enquanto elas estavam chegando ao carro, no estacionamento do mercado, e as mantinha sob restrição de liberdade enquanto realizava os roubos.

Esses problemas recorrentes na capital do estado, demandam de instrumentos eficazes para a contenção da onda de violência. O assunto inclusive foi destaque na eleição municipal realizada em 2024, quando praticamente todos os candidatos apresentaram um grande leque de propostas para solucionar a situação em Curitiba.

Uma das principais necessidades é do aperfeiçoamento e da adaptação de uma política de segurança pública no município. Um dos principais instrumentos para isso é a Guarda Municipal, que mesmo eficiente, demanda de investimentos para uma atuação mais abrangente.

Mas a relação entre a segurança pública não passa apenas pela gestão estadual, mas também pela gestão estadual, que

é a grande responsável pelas principais forças de segurança no estado: as polícias militar e civil, que exercem papel fundamental na contenção dos problemas. Com poucos recursos e ferramentas que o estado, o município precisa lidar diariamente com o problema, mas dependendo também de uma atuação conjunta do poder de segurança estadual.

Opinião pública

Durante o processo eleitoral, a população curitibana, de forma justificada, elegeu a área da segurança pública como o problema mais grave enfrentado na cidade. Os dados da pesquisa Quast, colocaram a segurança como prioridade para 34% dos eleitores.

Os eleitores de Curitiba elegeram a área da segurança pública como o problema mais grave enfrentado pela cidade. O dado consta na pesquisa Quast, contratada pela RPCTV, que divulgou também a intenção de voto para

a prefeitura da capital paranaense.

O levantamento entrevistou 900 pessoas em Curitiba entre os dias 24 e 26 de agosto. Além de informarem em quem votariam na eleição de outubro, os eleitores responderam à pergunta: "qual é o problema mais grave que a cidade enfrenta hoje?" A lista foi liderada por segurança, seguida pela área da saúde.

Na época, em seu plano de governo, o prefeito Eduardo Pimentel elencou como uma das principais propostas, a readequação do programa de rodas ostensivas na cidade, para que houvesse uma integração entre a Ronda (Ronda Ostensiva Municipal) com a RIT (Rede Integrada de Transporte), visando evitar e coibir a criminalidade seja nas ruas da cidade, como também no transporte coletivo. Também foi pontuado a necessidade de integração de todas as medidas de segurança se utilizando a tecnologia, fazendo com que a cidade criasse uma rede de inteligência a

fim de diminuir a criminalidade, aumentando a qualidade dos serviços prestados pela segurança municipal.

Ações e estrutura

Acontece que mesmo com essas medidas em vigor, os índices de criminalidade do município seguem crescendo. Em busca de novas soluções, a prefeitura tem adotado algumas ações. Neste mês, por exemplo, foi inaugurado na Praça Oswaldo Cruz, um novo módulo da Guarda Municipal. O antigo espaço, que pertencia à Polícia Militar, foi cedido à Prefeitura de Curitiba, totalmente reformado, e agora será uma unidade de atendimento da GM que funcionará 24 horas por dia, reforçando a segurança e proporcionando mais tranquilidade aos frequentadores da praça e região.

A cidade também deve ganhar nos próximos meses, um conselho Municipal de Políticas Públicas e Segurança (Conceps), órgão que reúne representantes da sociedade civil e da Prefeitura para definir e controlar as ações do setor na cidade. Após sua implementação, o Conselho terá a função de propor, assessorar e orientar a formulação de políticas públicas de segurança e defesa social para a cidade de Curitiba.

A cidade também tem tido operações recorrentes, como a Operação Integrada Centro Seguro com o reforço do policiamento e trabalho em conjunto das polícias Militar, Civil e Guarda Municipal. A ação está inserida no pacote de ações do Plano Redesenho da Região Central de Curitiba. A ideia da ação, que não tem data de encerramento, é o combate ao tráfico e identificação dos criminosos no Centro. "Temos uma grande missão que é o Centro Seguro. Nessa área, vamos atuar em duas grandes frentes, identificar os criminosos que atuam na região central, aproveitando-se da vulnerabilidade das pessoas em situação de rua, e intensificar o acolhimento daqueles que, por dependência química ou questões de saúde mental, estão nessa condição", afirmou o prefeito da cidade, Eduardo Pimentel. O secretário de Segurança Pública, Hudson Teixeira, também reforçou o compromisso com a segurança. "Vamos atuar no restabelecimento da ordem e no fortalecimento da segurança no Centro", disse.

Depois de muito atraso, Orçamento da União é aprovado pelo Congresso

Demora na votação da proposta se deve a uma disputa política e jurídica referente as regras de transparência com relação as emendas parlamentares

Da redação com Agências
Cascavel

•Após vários meses de atraso, o texto-base do Orçamento da União referente ao ano de 2025 finalmente foi aprovado no plenário do Congresso Nacional ontem (20). A proposta que era para ter sido votada ainda em 2024, foi aprovada pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso e depois aprovada pelos deputados e pelos senadores. O texto segue para a sanção presidencial.

A demora na votação da proposta se deve a uma disputa política e jurídica referente as regras de transparência com relação as emendas parlamentares. Por conta desse atraso, desde janeiro deste ano o Governo Federal tem atuado com restrições orçamentárias, podendo gastar apenas uma pequena parte do que é previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias por mês. Com a aprovação do orçamento, a ideia é

que o governo Lula tenha mais facilidade para executar projetos previstos e que estavam engatinhando devido à falta de orçamento.

O relatório final do Orçamento de 2025, apresentado pelo relator, o senador Ângelo Coronel (PSD-BA), projeta um superávit primário de R\$ 15 bilhões nas contas públicas. Foram excluídos dos cálculos os gastos com precatórios, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). "No substitutivo que apresentamos, o resultado primário do governo central, excluídas as mencionadas despesas com precatórios, é de superávit de R\$ 15,0 bilhões, cumprindo-se, portanto, a meta constante das diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025", afirmou o relator.

Esse resultado, se confirmado, cumpre a regra de meta fiscal primária zero, conforme determina o arcabouço fiscal em vigor que limita as despesas da União. Os gastos primários são aqueles que excluem o valor gasto com a dívida pública.

O parecer do relator explica ainda que houve um acréscimo nominal das despesas primárias de 6,84% em relação ao ano anterior, o que re-

presenta um acréscimo de R\$ 143,9 bilhões em relação ao teto de gastos de 2024. "O teto de gastos aplicável a 2024 é de R\$ 2.105,1 bilhões. Corrigindo-se esse valor pela inflação de 4,23%, apurada pela variação do IPCA [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo] no período mencionado (atualização monetária de R\$ 89,0 bilhões), e pelo percentual de 2,5% (crescimento real de R\$ 54,9 bilhões), chega-se ao limite aplicável a 2025, de R\$ 2.249,0 bilhões", diz o relatório.

O renjiste leva em conta as regras do arcabouço que corrigem o crescimento das despesas pela variação da inflação medida pelo IPCA somado a determinação valor do crescimento real das receitas. De acordo com o arcabouço, o aumento real deve ser limitado entre 0,6% e 2,5% acima da inflação, a depender da arrecadação do governo. O relatório, segundo o senador, ainda garante recursos para a Embrapa, para o fortalecimento da Polícia Federal e para programas estratégicos das Forças Armadas.

Emendas

O relatório final apresentado pelo relator do Orçamento de



Relatório projeta um superávit primário de R\$ 15 bi nas contas públicas. Bruno Spindler/Câmara dos Deputados

2025 prevê as despesas com as emendas parlamentares, que é a parte do orçamento que os deputados e senadores definem como executar os recursos. A PLOA 2025 fixa em R\$ 50,4 bi-

lhões o valor total das 6,9 mil emendas individuais ou coletivas apresentadas. Estão previstos R\$ 11,4 bilhões em emendas de comissões, tanto da Câmara como do Senado. Há ainda R\$

14,2 bilhões para as bancadas estaduais e outros R\$ 24,5 bilhões para emendas individuais dos senadores e deputados federais.

A forma da execução dessas emendas tem sido questionada pelo STF, que suspendeu o pagamento das emendas em 2024 exigindo novas regras com mais transparência para o uso desse dinheiro. Na semana passada, o Congresso Nacional aprovou as novas regras para a execução das emendas, que seguem sendo alvo de questionamentos. Segundo os críticos, as emendas de Comissão continuam passíveis de serem pagas sem identificação do parlamentar autor da despesa, o que havia sido questionado pelo Supremo.

ORÇAMENTO

Despesas importantes que foram contempladas

Reajustes do funcionalismo (retroativos)	R\$ 22 bilhões
Bolsa Família	R\$ 160 bilhões
Vale-gás	R\$ 3,6 bilhões
Farmácia popular	R\$ 4,2 bilhões
Bolsas da Capes	R\$ 4,2 bilhões
Saúde	R\$ 233 bilhões
Educação	R\$ 167 bilhões e
Programa de Aceleração do Crescimento	R\$ 60 bilhões



GOVERNO MUNICIPAL
CASCAVEL
CIDADE UNIDA E PRA FRENTE

SUA ESMOLA NÃO AJUDA SUA ESMOLA FINANCIA

***TRÁFICO DE DROGAS / VANDALISMO
VIOÊNCIA URBANA / EXPLORAÇÃO SEXUAL***

ACIONE A ABORDAGEM SOCIAL:

(45) 98431-6376

ALIMENTO | ABRIGO | TRATAMENTO | EMPREGO



Série D do Brasileiro Cascavel se prepara para a estreia na Série D contra o Uberlândia, em abril

‘Há males que vieram para o bem do clube’

A competição inicia nesta sexta-feira (19) em Bragança Paulista

LUCIANO NEVES
Cascavel

• A temporada do Cascavel até agora poderia ser caracterizada como desastrosa. O time não conseguiu passar para as quartas de final do Campeonato Paranaense. O time ficou de fora do mata-mata do estadual depois de cinco classificações seguidas para as quartas de final. Esse resultado comprometeu o calendário do time em 2025. Só irá disputar competições nacionais se conseguir o acesso à Série C esse ano. A vitória sobre o América-MG na primeira fase da Copa do Brasil foi o auge do time na temporada até agora. No entanto, na fase seguinte, o time amargou a queda na Copa do Brasil ao ser derrotado pelo Aparecidense de Goiás. Essa derrota deixou um vácuo no calendário do Cascavel e o clube ficará mais de um mês sem ter jogos. A partida contra o Aparecidense ocorreu no dia 04 de março. E a estreia na Série D do Brasileiro deve ser confirmada para o dia 12 ou 13 de abril.

Mas o Cascavel está com o sentimento de que ‘há males que vêm para o bem’. O elenco tenta tirar algum benefício do período sem ter jogos, uma espécie de intertemporada para ajustar o time justamente para a Série D.

E o técnico Tcheco terá esse tempo para encontrar a melhor formação para a disputa da quarta divisão nacional. Ele

retornou ao clube depois que o Cascavel foi eliminado no Estadual. E foi o comandante da equipe nos dois jogos da Copa do Brasil. No entanto, em ambas as situações, ele não tinha muitas opções para escalar o time. Para a Série D, Tcheco e a diretoria buscam reforços, pois sabem o peso que a competição nacional terá para o clube. “A Série D é um campeonato um pouco ingrato, diferente das Séries A, B e C. Você não depende só da primeira fase e tem também o mata-mata. Quando ingressa nos jogos eliminatório e tiver um dia infeliz pode ter jogado por água abaixo todo o trabalho. Vivenciei isso duas vezes no próprio Cascavel por duas vezes. Em 2021 e 2022 tivemos boas campanhas na fase de grupos, classificamos com várias rodadas de antecedência e caímos no primeiro mata-mata. E são muitas situações que podem fazer o time avançar, a competitividade que o campeonato exige. E dentro de todos esses detalhes, já nessa intertemporada colocar como ênfase para os jogadores. Então esse tempo vai ser bom para isso. Nas outras ocasiões, a gente não teve essa intertemporada porque estávamos chegando mais além no Campeonato Paranaense e tínhamos pouco tempo para trabalhar para a Série D. Agora é diferente. Talvez haja males que vêm para o bem. Não conseguimos a classificação no Estadual, mas temos esse tempo para trabalhar e incor-



Tcheco tenta tirar proveito do período sem gols. Assessoria



A Série D terá 64 times de todo o Brasil. Luciano Neves / GP

porar o método de jogo”, disse o treinador.

Mudanças

O elenco do Cascavel deve ter mudanças para a disputa da Série D do Campeonato Brasileiro. O clube já perdeu alguns atletas que disputaram o Estadual e também a Copa do Brasil. Além de Rodrigo Alves, que saiu logo após a eliminação no Paranaense, o Cascavel não conta mais com Felipe Martins, que atuou nas duas competições, porém, o clube ainda não anunciou a sua saída de maneira oficial. O goleiro Jean Carlos é mais um que pode deixar o time, a exemplo de Samuel e Felipe Cardoso.

Até agora, o único reforço anunciado de maneira oficial

para a Série D é Lucas Lourenço, atleta experiente que atuou no Andaraí no Estadual deste ano. Mas Tcheco terá reforços. Alguns novos atletas já estão trabalhando com o grupo. No entanto, a diretoria ainda não fez o anúncio oficial desses atletas pois aguarda a publicação de seus nomes no Boletim Informativo Diário (BID) da CBF. O treinador poderá testar essas novas peças e começar a definir o time titular para a Série D. Neste sábado (22), o Cascavel fará um jogo-treino contra a equipe Sub-20 da Serpente Aurinegra. Antes da série D, o Cascavel ainda fará mais dois amistosos, um contra o Toledo e outro contra o Nacional, ambos que vão disputar a divisão de acesso do Campeonato Paranaense.

Chave

Na Série D, o Cascavel irá cruzar com times do sudeste e centro-oeste no Grupo A7, além do confronto paranaense contra o Cianorte. A estreia será contra o mineiro Uberlândia, fora de casa. Depois, o time fará o primeiro jogo como mandante diante do Goiatuba de Goiás. A chave tem ainda os paulistas Monte Azul e Inter de Limeira, o também mineiro Itabrito e o Operário do Mato Grosso do Sul. Na Série D, os quatro melhores de cada chave avançam para o mata-mata. Para conquistar o acesso é preciso chegar nas semifinais. Logo, são necessários vinte jogos para esse objetivo. Para ser campeão, um time precisa fazer 24 partidas.

Cascavel Handebol disputa a Supercopa em Brasília

No próximo domingo (23), as meninas estreiam na competição e fazem o clássico contra o Maringá

Luciano Neves
Cascavel

• A equipe do Cascavel Handebol partiu para o primeiro compromisso na temporada de 2025. As meninas do técnico Neudi Zenatti viajaram ontem para Brasília onde irão disputar a Supercopa do Brasil de handebol. O torneio irá reunir oito dos principais clubes da modalidade feminina do país. Entre elas, Cascavel que fará o seu primeiro jogo no próximo domingo (23), às 10 horas, contra Maringá. Ou seja, já no primeiro jogo oficial, o time cascavelense terá pela frente um clássico estadual. Ambos

foram semifinalistas da Liga Nacional no ano passado, o que lhes rendeu a vaga na Supercopa do Brasil.

Depois da estreia no clássico paranaense, Cascavel joga na próxima segunda-feira (24), às 20 horas, contra Pinheiros. A chave nesta competição não é das mais fáceis para Cascavel. Na quarta-feira (26), às 12 horas, fecha a fase de grupos contra Sorocaba. Passando nesta etapa, o time cascavelense avança para o mata-mata. “Essa Supercopa do Brasil é uma competição de elite, que está voltando num novo formato. São as quatro equipes da Liga Nacional e as quatro melhores do Campeonato Brasileiro. Mas algumas equipes do Brasileiro não quiseram participar e isso fez com que as seis melhores da Liga Nacional participassem



Cascavel participa da Supercopa em Brasília. Assessoria

do torneio, isso no masculino e no feminino”, explicou Neudi Zenatti. “É uma chave difícilíssima.

Estarão lá as oito melhores equipes do país. Então ninguém vai lá para brincar. Nem nós e nem os

nossos adversários”, completou o auxiliar Marquinho Galhardo. A competição inicia neste dia 22

de março, e vai até o próximo dia 30.

Além da Supercopa do Brasil, o Cascavel Handebol também terá pela frente a Liga Nacional da modalidade. A meta de Neudi Zenatti é repetir a campanha feita no ano passado, quando chegou nas semifinais. A equipe também irá disputar o Campeonato Paranaense. Mas, neste ano, o Estadual teve uma mudança significativa: Cascavel e Maringá, que são as potências do handebol paranaense e representam o Estado nas competições nacionais, terão o privilégio de ingressar na competição somente na fase de semifinais. Isso reduz a carga de partidas da equipe cascavelense na temporada. Cascavel também irá disputar os Jogos Universitários representando a Fag e os Jogos Abertos do Paraná (JAPS).

CURTAS

CAMPEONATO PARANAENSE

Barbieri lamenta derrota do Athletico-PR para o Maringá nas semifinais em casa

• Após ter empatado em 1 a 1 com o Maringá no primeiro jogo da semifinal do Campeonato Paranaense, o Athletico-PR precisava de apenas uma vitória simples na Ligga Arena na quarta-feira para avançar à decisão do estadual. Entretanto, o que se viu foi um atropelo dos visitantes, que venceram o Função por 3 a 0 diante de sua torcida. O técnico Maurício Barbieri lamentou o resultado, mas afirmou não ter terra arrasada no clube. “Temos que dar mérito ao Maringá. Conseguiram os gols e não conseguimos fazer aquilo que estávamos habituados. É uma derrota que vem em um momento decisivo, mas é continuar. Até o jo-



Fernando Teramatou/MFC

go tínhamos uma das melhores campanhas do Brasil, então algo de bom estávamos fazendo. Temos que continuar trabalhando e o maior objetivo do ano está pela frente”, disse Barbieri. O Dogão irá enfrentar o Operário na decisão e o jogo de ida será neste sábado (22), às 16 horas, no Willie Davids. Por ter melhor campanha, o Fantasma fará o jogo de volta da final em casa no dia 29 de março.

ELIMINATÓRIAS

Argentina visita o Uruguai nesta sexta-feira

• A 13ª rodada das Eliminatórias Sul-Americanas será concluída nesta sexta-feira (21) com mais dois jogos. A líder Argentina irá visitar o Uruguai, às 20h30, no Estádio Centenario, em Montevidéu. A equipe de Lionel Scaloni lidera as Eliminatórias com 25 pontos e quer a vitória para ficar mais próxima da Copa do Mundo. Só que o treinador argentino tem desafios para o confronto. Ele não conseguiu convocar Messi por lesão. Também teve que cortar o atacante Lautaro Martínez por lesão. Antes do clássico sul-americano, jogam Equador e Venezuela, às 18 horas, em Casa Blanca. As duas seleções contam com atletas que atuam no futebol brasileiro. No caso do Equador, destaque para Enner Valencia que fez um golão de falta no clássico Grenal do último domingo e ajudou o Internacional a conquistar o Gaúcho.

JOGOS ESCOLARES EM CASCAVEL

Congresso técnico alinha detalhes para edição histórica dos Jogos Escolares

• Os Jogos Escolares 2025 começam na próxima quinta-feira (27) e para deixar tudo alinhado a Secretaria de Esporte e Lazer promoveu o Congresso Técnico dos Jogos Escolares ontem (20), no auditório da Prefeitura. O congresso contou com a participação de integrantes de todas as escolas participantes dos jogos para debater detalhes do grande evento em prol do esporte, que será realizado em diversos espaços esportivos do município. O secretário de Esporte e Lazer, Alexandre Guerino, o Saco, comentou sobre a grandiosidade da competição, uma vez que serão 53 instituições de ensino e mais de 2 mil alunos. “Nós chamamos todas as escolas envolvidas para debater o evento, para poder fazer um dos melhores eventos que já aconteceu em Cascavel. Já quero adiantar que é um dos maiores Jogos Escolares



Secom

que já aconteceu em nossa cidade, com maior número de escolas e equipes”, afirmou. O congresso serviu para esclarecer dúvidas e alinhar expectativas, promovendo um ambiente de disputa saudável e organizado. Os Jogos Escolares 2025 reunirão centenas de atletas de diversas modalidades, representando suas escolas em uma competição que valoriza o esporte, a disciplina e o espírito de equipe. Com tudo pronto para o início das competições, a expectativa é de mais uma edição histórica em Cascavel.



Para Publicações Legais
escaneie aqui ou acesse:
editaisgazetadoparana.com.br

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
VEÍCULOS	CARINHOS	MOTOS	ANIMAIS	AVIÕES	NÁUTICA	MÁQUINAS	TELEFONES	EMPRESAS	ELETRÔNICOS	NEGÓCIOS	CURSOS	APARTAMENTOS	RESIDÊNCIAS	TERREÇOS	R.COMERCIAIS	TURISMO

Publicidade Legal

SÚMULA DE OBTENÇÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

JOCKEY PLAZA ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS LTDA, uma pública que obteve da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba - SMMA, a Concessão da Renovação da Licença de Operação para o empreendimento "JOCKEY PLAZA SHOPPING CENTER", localizado na Av. Victor Ferreira de Azevedo, nº 2633, Curitiba-PR.

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01/2025 (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)
RATIFICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2025-PMSI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2025

ONDE SE SE LÊ:
ABERTURA DAS PROPOSTAS: a partir das 08h00min do dia 20 de março de 2025.

RECEBIMENTO DOS LANCES: a partir das 08h30min do dia 20 de março de 2025, no endereço eletrônico: Salas de Licitação do Brasil - 811 [www.bll.org.br] "acesso identificado no link - licitação".

LEIA SE:
REGIÃO PELA LEI Nº 14.186/2021

A Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu-PR, para interessadas que fará realizar no dia 03 de abril de 2025, a abertura de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, que tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis para abastecimento da frota de veículos e máquinas da Administração Municipal de Saudade do Iguaçu.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: a partir das 08h00min do dia 03 de abril de 2025.

RECEBIMENTO DOS LANCES: a partir das 08h30min do dia 03 de abril de 2025, no endereço eletrônico: Salas de Licitação do Brasil - 811 [www.bll.org.br] "acesso identificado no link - licitação".

Edital na íntegra: à disposição das interessadas no Site de Licitação e Contratos, na Rua Frei Vilhete, nº 338 - sala 101 - site [http://www.saudadedoiguazu.pr.gov.br/licitações], também através do site [www.bll.org.br] - PNCP Portal Nacional de Contratações Públicas.

Informações complementares através do telefone: 0800 030 6545.

Saudade do Iguaçu, 20 de março de 2025.

RODRIGO GALINA
PREFEITO MUNICIPAL

Auto Elétrica Granatta
Peças e Serviços

- ⚡ Motores de Partida
- ⚡ Alternadores
- ⚡ Instalações
- ⚡ Auto Elétrica em Geral

☎ 45 3324-8221 / 3037-5221
Qualidade em Primeiro Lugar!

Sabores
RESTAURANTE

Buffet por quilo
Buffet livre
Comida caseira de verdade
Carnes grelhadas

☎ 32273886
☎ (45) 9136 7011
📍 Avenida Brasil 4037
@saboresrestaurantecvel

- Pista de Caminhada;
- Lago Artificial - Salão de Festa;
- Muita Área Verde - Fácil acesso;
- Próximo ao Trevo Cataratas;
- Portaria 24 horas;

(45) 2101-7900
(45) 99136-6312

NELSON PADOVANI & CIA.
Desenvolvimento Imobiliário

Aquarela do Brasil
RESIDENCIAL

COMPRA-SE CONSÓRCIO

Contemplado, não contemplado,
cancelado ou atrasado
Acima de 15 parcelas pagas. Paga-se até
70% do valor do crédito à vista.

Fone: (45) 3040-2773 / 3097-1390

Suprivel
PAPELARIA

45. 3224.2004 ☎ 98401-3340
@SUPRIVEL @SUPRIVELPAPELARIA
RUA SETE DE SETEMBRO, 3235 - CENTRO

LAVACAR Amazonas
2008 194

Assistência em cores
Agendamento
☎ (45) 99902-6837
☎ 3224-2652

Rua José Bonifácio, 1323 São Cristóvão
(uma quadra do Almayer) - Cascavel - PR
lavacaramazonas@gmail.com

FURINI
AUTO MECÂNICA

☎ 45. 3223-1771
☎ 45. 9 9911-1315
☑ Furini automecânica
☑ Furini auto mecânica

📍 R. Santo Catarina, 1677 - Centro
Cep 85801-041 - Cascavel/PR

A VIDRAÇARIA IDROLUZ

Vidros, Espelhos, Molduras, Decorações em Geral, Vidros Temperados, Box para Banheiro, Jato de Água, Persianas, Insulfilm.

Vidros e Espelhos Bisotados, Atacado e Varejo
Fones/Fax: 3226-2126
R. Antônio José Elias, 616 - Admédio
vidracaria@idroluz.com.br

GazetadoParaná
o jornal feito para amanhã.

CLÍNICA PAGANINI
Medicina Integrativa

☎ clinica_paganini
☎ 45 30353545
☎ 45 999693545

📍 Rua Rio de Janeiro, 1133
Centro - Cascavel PR

- ✓ Longevidade Saudável
- ✓ Ortomolecular
- ✓ Nutrologia
- ✓ Protocolo Coimbra
- ✓ Modulação Hormonal
- ✓ Terapias Injetáveis

GARCIA
AUTO CENTER

MECÂNICA | SUSPENSÃO | FREIOS

☎ 99912-956 99831-5310
45 3224-0062

📍 RUA PARANÁ, 1410 - CENTRO

instagram: @garciaautocenter

SISIMUVEL
DISTRIBUIDORA DE BICICLETAS

Agora convênio com a

casasdebicicletas@brasil.com.br
R. Simão de Sá, 431
São Carlos - Cascavel - PR - bairro SAN FORTALEÇA

FONE:
(45) 3227-4220
99918-4799

Ajude a Uopecan!

O Complexo Hospitalar Uopecan atende crianças, adolescentes e adultos com câncer, visando como principal objetivo a prevenção, diagnóstico e tratamento, transplantes de TMO Autólogo (Transplantes de Medula Óssea) e transplante de fígado.

UOPECCAN

Como doar?

As doações em dinheiro podem ser realizadas de qualquer cidade nas seguintes contas bancárias:

Casacavel - Banco do Brasil
Agência: 2508 - 41 Caixa Corrente: 0870-0
CNPJ: 01.276.548/0001-03

Imaculada - Banco do Brasil
Agência: 2508 - 41 Caixa Corrente: 0870-0
CNPJ: 01.276.548/0001-04

Do seu imposto de renda para o Hospital de Câncer Uopecan

Você pode ajudar pessoas em tratamento de câncer doando seu imposto de renda, da forma fácil e segura.

Basta enviar por e-mail solicitando a participação da sua empresa para [email] ou pessoalmente ao setor de arrecadação de doações.

Dois telefones: (45) 2101-7925 / (45) 9 9911-2446.

Vamos juntos unir esforços para combater o Câncer e nos orgulhamos de proporcionar o tratamento integral, que abrange o grupo de risco. Conheça outros temas de doações no site da Uopecan: [url]

HOSPITAL DO CÂNCER UOPECCAN

Respostas existências virão acompanhadas de novas amizades e de expansão profissional. O ano astrológico que começa hoje anuncia uma virada de chave. Suba um patamar na carreira e encontre seu lugar. Se planeja mudar ou construir a casa, condições serão favoráveis. Discuta planos com a família. Poder em alta!

O ano astrológico que começa hoje terá especial para você, com uma bomba de criatividade e de soluções originais para você reinventar a vida. Projetos, ideias e mais protagonismo no trabalho destacarão seus talentos e a liderança. Hoje, concretize mudanças, imprima sua marca em tudo que fizer. Amor e fertilidade em casal.

O Sol ilumina os caminhos de crescimento financeiro. De andamento a negociações e aos novos projetos. Você poderá firmar bons acordos, mesmo que as respostas demorem a chegar. O ano astrológico que começará hoje anuncia estabilidade, segurança nas escolhas e sucesso nos empreendimentos. Cansaço em ascensão.

1

BANCO

QUE
TEL

[illegible]

Fone: (45) 3039-0015/3039-0114

RUA RIO GRANDE DO SUL, 405 ESQUINA COM RUA CARLOS GOMES - CENTRO - CASCAVEL/PR

Rua Antonina, nº 2578, Centro, Cascavel - PR, CEP 85.812-045
Fone: (41)3225-2595, Site: www.imobiliariazanel.com.br

BR 277 -km 596 - CASCABEL - PARANÁ

*Promoção válida até 26/02/23 ou até o término do estoque. Para pagamento à vista

© artiprint.cartuchos.toners

Opinião

CASCVEL
Rua Fortunato Beber, 868
Pucambi
85816-300 - (45) 328-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virgílio de Oliveira, 108
Mercedes
85851-100 - (41) 3338-9090

Gazeta do Paraná
UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Formighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esportes@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br
assinatura@gazetaparana.com.br

FALE CONOSCO
Classificados - (45) 328-2500
Assinaturas - (45) 328-2500

* Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da *Gazeta do Paraná*

Editorial

Entre a cruz e a espada

■ O presidente Lute Inácio Lula da Silva prometeu que o Brasil crescerá 3% em 2025, uma meta ousada diante da atual situação econômica do país. A promessa ocorre no mesmo dia em que o Banco Central elevou a taxa básica de juros em 1 ponto percentual, fazendo a Selic alcançar 14,25% ao ano. Com isso, o Brasil ocupa a quarta posição no ranking dos maiores juros reais do mundo. Os juros reais são a taxa de juros descontada da inflação, e, mais do que a taxa bruta, é esse número que de fato impacta a economia.

Atualmente, o juro real do Brasil está em 8,79%, ficando apenas atrás de países como a Turquia (11,90%), Argentina (9,35%) e Rússia (8,91%). Essa elevação da taxa Selic tem como objetivo combater a inflação, que ainda persiste no país, mas traz consigo o risco de uma retração econômica ainda maior. O Comitê de Política Monetária (Copom), ao tomar a decisão de subir a Selic, busca um controle mais rigoroso da inflação, mas não sem consequências. Por mais que a inflação seja um dragão que deve ser mantido à distância, medidas mais drásticas como essa geram efeitos colaterais indesejados.

Nesse cenário, a pergunta que se coloca é: até que ponto o combate à inflação não fará com que o Brasil sofra uma desaceleração econômica mais severa? A elevação da taxa de juros torna ainda mais difícil a vida dos empresários e consumidores. Nenhum

empresário, em sua consciência, se arriscaria a contrair empréstimos para investimentos com uma taxa de juros tão alta, que encarece o custo do crédito e dificulta a expansão dos negócios. Em tempos de juros elevados, a cautela se torna a palavra de ordem para quem deseja manter a saúde financeira de suas empresas e evitar surpresas no futuro.

O setor produtivo já demonstrou sua insatisfação com a nova majoração da Selic. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) alertou que a recuperação econômica será seriamente afetada pela decisão do Copom, e que isso pode comprometer o emprego e o consumo, pilares fundamentais para o crescimento do mercado interno. Segundo a CNI, a inflação não poderia ser combatida apenas com a elevação dos juros, pois outros fatores, como a valorização cambial, também têm impacto nesse processo. O dólar, que fechou 2024 a R\$ 6,19, viu uma queda significativa, passando para R\$ 5,68 em 18 de março de 2025, o que já contribui para uma diminuição das pressões inflacionárias.

Com isso, o Brasil se encontra em uma situação complicada, como uma verdadeira "cruz e espada". Combater a inflação é uma necessidade para garantir a estabilidade da moeda e a confiança dos investidores. No entanto, ao tomar medidas tão rigorosas, o poder de compra da população é drasticamente afetado, o que pode levar a uma queda

na produção e ao aumento do desemprego. Essa combinação tem o potencial de resultar em uma recessão econômica, o que colocaria a meta de crescimento de 3% em 2025 de Lula em uma posição ainda mais desafiadora.

É necessário refletir sobre o equilíbrio entre as políticas fiscais e monetárias adotadas para lidar com a inflação e o crescimento econômico. No cenário atual, as altas taxas de juros podem até estabilizar a inflação no curto prazo, mas o impacto sobre a atividade econômica é evidente. O setor produtivo já demonstra preocupação, e os dados econômicos apontam para um cenário de dificuldades, especialmente para as pequenas e médias empresas, que são as mais vulneráveis a esse contexto de altos juros e baixo consumo.

Se o Brasil realmente deseja alcançar um crescimento de 3% em 2025, será preciso mais do que promessas políticas. Será necessário um esforço conjunto para adotar políticas econômicas mais equilibradas, que levem em consideração tanto a necessidade de controlar a inflação quanto o fomento ao crescimento econômico. Isso inclui não apenas decisões no campo monetário, mas também em áreas como a política fiscal, a reforma tributária e a melhoria da infraestrutura, fatores fundamentais para criar um ambiente mais favorável aos investimentos e à geração de empregos.

Antagonismo entre o foro privilegiado e o exercício da ampla defesa

Aluízio
BEZERRA FILHO

"Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e autor do livro Manual de Crimes contra o Estado, 2ª edição"

A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA prevê que certas autoridades, no exercício de cargos públicos específicos, devam ser processadas e julgadas por tribunais previamente estabelecidos. Trata-se do foro privilegiado por prerrogativa de função, uma garantia prevista na Constituição. Essa prerrogativa tem como objetivo assegurar o pleno exercício do cargo ou mandato, e não proteger pessoalmente quem o ocupa. O foro privilegiado confere a determinadas autoridades o direito de serem julgadas por tribunais superiores, diferentemente da maioria dos cidadãos, que são processados na primeira instância do Judiciário.

No Brasil, essa prática é uma herança deixada pela política adotada no tempo em que o país era uma colônia portuguesa, mas que não sobreviveu à Constituição de 1824, que já dispunha de cláusulas isonômicas das pessoas perante a lei. A Constituição Política do Império do Brasil, em verdade, aboliu expressamente todos os privilégios que não fossem essenciais e intimamente ligados aos cargos por utilidade pública (artigo 179, XVI). Excepcionou à regra apenas as causas que, por sua natureza, pertencessem a juízes particulares, na conformidade das leis (artigo 179, XVII).

A vedação à prerrogativa de foro permaneceu expressa na Constituição Republicana de 1891, na Carta Política de 1934 e na de 1946. No regime militar de 1964 a proibição também foi mantida, como se inferia no artigo 150, §15, da Constituição de 1967: "A lei assegurará aos acusados ampla defesa, com os recursos a ela inerentes. Não haverá foro privilegiado para tribunais de exceção". O texto permaneceu inalterado pela Emenda Constitucional 1 de 1969.

No entanto, com a redemocratização, a Constituição da República de 1988 não apenas incorporou o foro privilegiado como também determinou quais autoridades, em razão de seus cargos ou funções públicas, seriam contempladas com essa prerrogativa especial vinculada às suas atribuições funcionais. A partir desse marco, o sistema constitucional brasileiro

passou a reconhecer apenas privilégios processuais vinculados estritamente ao exercício da atividade funcional, rejeitando qualquer benefício de natureza meramente pessoal.

Embora a justificativa para o foro privilegiado seja garantir o funcionamento das instituições, ele acaba por restringir um direito constitucional essencial: a ampla defesa. Isso ocorre porque os julgamentos realizados diretamente por tribunais superiores excluem a possibilidade de revisão da decisão por uma instância superior, contrariando o princípio do duplo grau de jurisdição.

Esse princípio fundamental do direito processual garante a partes de um processo judicial o direito de ter sua causa analisada por duas instâncias diferentes do sistema judiciário. Isso significa que, após a decisão de primeira instância, a parte pode recorrer a um tribunal superior para que o julgamento seja reexaminado, permitindo a correção de eventuais erros e assegurando maior confiabilidade e justiça às decisões.

Constituição e convenção

Nessa senda, ainda que Constituição de 1988 não mencione expressamente o "duplo grau de jurisdição", ela consagra esse princípio em diversas disposições. O artigo 5º, inciso LV, assegura que "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes", o que implica o direito de recorrer de decisões judiciais.

Além disso, a própria estrutura do Poder Judiciário (artigo 92, da Carta Magna) pressupõe a existência de instâncias revisoras, ao definir as competências dos tribunais, seja para julgar ações originárias, seja para processar recursos. Na mesma toada, o princípio do duplo processo legal (artigo 5º, LV) também reforça essa garantia, ao assegurar que "ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal".

Sobretudo ressaltar que, além do ordenamento constitucional, a Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, trata do duplo grau de jurisdição de forma específica. O artigo 8.2-h garante a qualquer pessoa condenada por um delito o direito de recorrer da sentença para um juízo ou tribunal superior. Essa previsão, além de assegurar que as decisões judiciais podem ser revistas, fortalece a segurança jurídica e evita arbitrariedades.

A inclusão desse direito na referida convenção demonstra o

compromisso dos Estados signatários com a proteção dos direitos humanos e com a garantia de um sistema judicial justo e eficaz, notadamente porque a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem reafirmado que o duplo grau de jurisdição se aplica a todos os processos penais.

Direito Comparado

No entanto, a existência do foro privilegiado no texto constitucional brasileiro representa infração direta à convenção e, por conseguinte, violação do compromisso assumido pelo país ao aderir ao pacto. Isso porque, de acordo com o texto constitucional, quem é processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal não tem direito à apelação. A decisão daquela corte representa um veredicto definitivo, contra o qual não cabe recurso que permita reverter a matéria fática de defesa. A irreversibilidade do julgamento, além de configurar monopólio de instância única, é antagônico ao regime democrático, que visa promover a justiça, a inclusão e a igualdade de oportunidades.

O julgamento de autoridades diretamente por Tribunais superiores compromete não apenas a ampla defesa, mas também o funcionamento do próprio Poder Judiciário. Nesse aspecto, como apontou o ministro Roberto Barroso no julgamento da AP938 QO, em 2018, "o modelo brasileiro de foro privilegiado não encontra paralelo no Direito Comparado. Países como Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos e Canadá sequer preveem essa possibilidade, enquanto na França e em Portugal o foro se restringe ao presidente da República e, em alguns casos, aos ministros de Estado".

O ministro foi muito feliz quando afirmou que "fato é que não é difícil de demonstrar que, com essa quantidade de pessoas e com essa extensão, o foro se tornou penosamente disfuncional na experiência brasileira. E as disfuncionalidades são múltiplas". Afirmou, também, que "o Supremo se afasta da sua missão primordial: Guardião da Constituição e de equacionamento das grandes questões nacionais. Funcionar como tribunal criminal de primeira instância, como regra geral, é papel de juiz de primeiro grau e não do Supremo Tribunal Federal". Arrematou compartilhando as seguintes reflexões: "[...] o sistema é ruído; o sistema funciona mal; o sistema traz desprestígio para o Supremo; o sistema traz impunidade".

Ampliação

Na mesma decisão, o STF reco-

nheceu a disfuncionalidade do sistema e estabeleceu novos parâmetros para a prerrogativa de foro: "(i) O foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas; e (ii) Após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo".

Apesar dessa limitação, recentemente o Supremo ampliou o foro privilegiado para ex-autoridades, mesmo após o fim de seus mandatos. Essa mudança gerou insegurança jurídica e pode levar ao desdemonstração de processos para instâncias superiores, projetando essa nova transição no risco da motossidade resultar em prescrição, especialmente em casos de ex-prefeitos, atualmente, denunciados e processados na primeira instância.

A realidade é que aqueles que possuem foro privilegiado têm o direito de defesa restringido, pois suas condenações não podem ser revistas por outra instância. Enquanto cidadãos comuns podem recorrer a tribunais superiores, autoridades julgadas diretamente pelos Tribunais de Justiça ou Tribunais Regionais Federais não têm direito à apelação ao Superior Tribunal de Justiça, que se limita a discutir questões de direito e não reexamina provas.

Assim, enquanto um cidadão comum pode ter seu caso analisado em até quatro instâncias (juízo de primeiro grau, Tribunal de Justiça ou TRF, STJ e STF), autoridades com foro privilegiado são julgadas diretamente por tribunais superiores, sem direito a um segundo julgamento da matéria fática. Essa distorção viola o princípio da igualdade e compromete a garantia da ampla defesa.

É fácil concluir, portanto, que o foro privilegiado, ao impedir a revisão das decisões condenatórias por uma instância superior, confronta-se com o princípio constitucional da ampla defesa e com compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. O direito à apelação não pode ser negado a qualquer cidadão, independentemente do cargo que ocupa ou tenha ocupado. Se a Constituição vigente afirma que todos são iguais perante a lei, esse princípio deve ser respeitado na prática, garantindo a todos, sem exceção, o direito ao duplo grau de jurisdição e à plena defesa judicial.

Política & CIA

Avanços para áreas rurais



Secom

COM FOCO NO CAMPO, a segunda assembleia do ano da Amop reuniu prefeitos, vices, secretários de agricultura de toda a região e técnicos do IDR (Instituto de Desenvolvimento Rural), nesta quinta-feira (20), na instituição. O evento contou ainda com a presença do Secretário de Estado da Agricultura, Natalino de Souza. Os temas foram relacionados à área rural, suas potencialidades e demandas, especialmente em relação a melhorias de estradas, nas redes de distribuição de água e energia, produção de biogás e políticas públicas voltadas ao setor rural. "A nossa região é uma das terras mais produtivas do planeta e nós estamos sempre discutindo, avaliando, melhorando, avançando para cada vez produzir mais, gerar mais riqueza, alimentar mais seres humanos. A reunião aqui na Amop é para debatermos, discutirmos as ideias para colocarmos em prática estas ações tão importantes para o agronegócio", disse o prefeito Renato Silva.

Carro-chefe

O evento lotou o auditório da entidade. "Essa presença de nossos municípios aqui representados, demonstra o interesse em ouvir o que o Governo do Estado tem a apresentar para o campo. Os nossos municípios são essencialmente agrícolas. Nosso carro-chefe da economia é o agronegócio e o Secretário veio falar um pouquinho sobre aquilo que tem planejado no Governo do Estado para os próximos dois anos", falou o presidente da Amop, Márcio Rauber.

Mulheres apenas

Na manhã de ontem (19), a Vereadora Rita Alcantara (PT) esteve na PIMP UP - Penitenciária Industrial Marcelo Pinheiro Unidade de Progressão, em Cascavel, para ministrar uma palestra aos apenas que estudam no CEEBIA Wilson Antônio Neduziak. O encontro abordou o tema violência contra a mulher, promovendo um diálogo sobre a importância da igualdade de gênero e da conscientização para a construção de uma sociedade mais justa.

Desafios

Durante a palestra, a vereadora destacou os desafios enfrentados pelas mulheres no Brasil e a necessidade de combater todas as formas de violência de gênero. "A educação é uma ferramenta essencial para a transformação social. É fundamental que esse debate chegue a todos os espaços, incentivando a reflexão e a mudança de atitudes", afirmou Rita Alcantara.

Reajuste em Toledo

Na manhã de ontem (20), os vereadores aprovaram o reajuste dos salários dos servidores municipais de Toledo em turno final, na 1ª Sessão Extraordinária de 2025. Nas duas votações, os parlamentares presentes deliberaram de forma unânime pela aprovação

do Projeto de Lei nº 35/2025, de autoria do Poder Executivo. O texto determina o reajuste em 6,27% dos vencimentos/salários e demais vantagens de servidores e empregados públicos, a partir de 1º de março.

Nova vereadora

Advogada Paula Vicente (PT) tomou posse como vereadora na Câmara Municipal de Londrina (CML). Ela assume a cadeira deixada pela vereadora Lenir de Assis (PT), que se licenciou do mandato até o final de 2026 para exercer o cargo de deputada federal no lugar de Gleisi Hoffmann. Paula jurou cumprir a legislação e a Constituição e assinou o Termo de Compromisso de Posse. Em seu discurso, a vereadora lembrou da luta das mulheres por espaço e participação na política.

Casa da Mulher

A Prefeitura de Foz do Iguaçu, em parceria com Itaipu Binacional, avança para consolidar a construção da Casa da Mulher Brasileira - um centro integrado que reunirá serviços essenciais para acolher e proteger mulheres vítimas de violência. A decisão de priorizar o projeto, segundo o prefeito General Silva e Luna, se baseia na necessidade urgente de ampliar a estrutura de assistência às mulheres, considerando a vulnerabilidade da região de tríplice fronteira e os elevados índices de violência de gênero.



Opinião

CASCATEL
Rua Fortunato Iebber, 868
Picoenhi
85846-300 – (45) 3218-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virgínio de Oliveira, 108
Mecêre
85851-110 – (41) 3338-9191

Gazeta do Paraná

UMA GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Fornighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br
assinatura@gazetaparana.com.br

FALE CONOSCO

Classificados – (45) 3218-2500
Assinaturas – (45) 3218-2500

* Colunistas assinam e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da Gazeta do Paraná

Editorial

Entre a cruz e a espada

● O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu que o Brasil crescerá 3% em 2025, uma meta onusada diante da atual situação econômica do país. A promessa ocorre no mesmo dia em que o Banco Central elevou a taxa básica de juros em 1 ponto percentual, fazendo a Selic alcançar 14,25% ao ano. Com isso, o Brasil ocupa a quarta posição no ranking dos maiores juros reais do mundo. Os juros reais são a taxa de juros descontada da inflação, e, mais do que a taxa bruta, é esse número que de fato impacta a economia. Atualmente, o juro real do Brasil está em 8,79%, ficando apenas atrás de países como a Turquia (11,90%), Argentina (9,35%) e Rússia (8,91%). Essa elevação da taxa Selic tem como objetivo combater a inflação, que ainda persiste no país, mas traz consigo o risco de uma retração econômica ainda maior. O Comitê de Política Monetária (Copom), ao tomar a decisão de subir a Selic, busca um controle mais rigoroso da inflação, mas não sem consequências. Por mais que a inflação seja um dragão que deve ser mantido à distância, medidas mais drásticas como essa geram efeitos colaterais indesejados. Nesse cenário, a pergunta que se coloca é: até que ponto o combate à inflação não fará com que o Brasil sofra uma desaceleração econômica mais severa? A elevação da taxa de juros torna ainda mais difícil a vida dos empresários e consumidores. Nenhum

empresário, em si consciência, se arriscaria a contrair empréstimos para investimentos com uma taxa de juros tão alta, que encarece o custo do crédito e dificulta a expansão dos negócios. Em tempos de juros elevados, a cautela se torna a palavra de ordem para quem deseja manter a saúde financeira de suas empresas e evitar surpresas no futuro. O setor produtivo já demonstrou sua insatisfação com a nova majoração da Selic. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) alertou que a recuperação econômica será seriamente afetada pela decisão do Copom, e que isso pode comprometer o emprego e o consumo, pilares fundamentais para o crescimento do mercado interno. Segundo a CNI, a inflação não poderia ser combatida apenas com a elevação dos juros, pois outros fatores, como a valorização cambial, também têm impacto nesse processo. O dólar, que fechou 2024 a R\$ 6,19, viu uma queda significativa, passando para R\$ 5,68 em 18 de março de 2025, o que já contribui para uma diminuição das pressões inflacionárias. Com isso, o Brasil se encontra em uma situação complicada, como uma verdadeira “cruz e espada”. Combater a inflação é uma necessidade para garantir a estabilidade da moeda e a confiança dos investidores. No entanto, ao tomar medidas tão rigorosas, o poder de compra da população é drasticamente afetado, o que pode levar a uma queda

na produção e ao aumento do desemprego. Essa combinação tem o potencial de resultar em uma recessão econômica, o que colocaria a meta de crescimento de 3% em 2025 de Lula em uma posição ainda mais desafiadora. É necessário refletir sobre o equilíbrio entre as políticas fiscais e monetárias adotadas para lidar com a inflação e o crescimento econômico. No cenário atual, as altas taxas de juros podem até estabilizar a inflação no curto prazo, mas o impacto sobre a atividade econômica é evidente. O setor produtivo já demonstra preocupação, e os dados econômicos apontam para um cenário de dificuldades, especialmente para as pequenas e médias empresas, que são as mais vulneráveis a esse contexto de altos juros e baixo consumo. Se o Brasil realmente deseja alcançar um crescimento de 3% em 2025, será preciso mais do que promessas políticas. Será necessário um esforço conjunto para adotar políticas econômicas mais equilibradas, que levem em consideração tanto a necessidade de controlar a inflação quanto o fomento ao crescimento econômico. Isso inclui não apenas decisões no campo monetário, mas também em áreas como a política fiscal, a reforma tributária e a melhoria da infraestrutura, fatores fundamentais para criar um ambiente mais favorável aos investimentos e à geração de empregos.

Antagonismo entre o foro privilegiado e o exercício da ampla defesa

Aluizio BEZERRA FILHO

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e autor do livro Manual de Crimes contra o Estado, 2ª Edição

A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA prevê que certas autoridades, no exercício de cargos públicos específicos, devem ser processadas e julgadas por tribunais previamente estabelecidos. Trata-se do foro privilegiado por prerrogativa de função, uma garantia prevista na Constituição. Essa prerrogativa tem como objetivo assegurar o pleno exercício do cargo ou mandato, e não proteger pessoalmente quem o ocupa. O foro privilegiado confere a determinadas autoridades o direito de serem julgadas por tribunais superiores, diferentemente da maioria dos cidadãos, que são processados na primeira instância do Judiciário.

No Brasil, essa prática é uma herança deixada pela política adotada no tempo em que o país era uma colônia portuguesa, mas que não sobreviveu à Constituição de 1924, que já dispunha de cláusulas isonômicas das pessoas perante a lei. A Constituição Política do Império do Brasil, em verdade, aboliu expressamente todos os privilégios que não fossem essenciais e intimamente ligados aos cargos por utilidade pública (artigo 179, XVI). Excepcionou à regra apenas as causas que, por sua natureza, pertencessem a juízos particulares, na conformidade das leis (artigo 179, XVII).

A vedação à prerrogativa de foro permaneceu expressa na Constituição Republicana de 1891, na Carta Política de 1934 e na de 1946. No regime militar de 1964 a proibição também foi mantida, como se inferia no artigo 150, §15, da Constituição de 1967: “A lei assegurará aos acusados ampla defesa, com os recursos a ela inerentes. Não haverá foro privilegiado nem tribunais de exceção”. O texto permaneceu inalterado pela Emenda Constitucional 1 de 1969.

No entanto, com a redemocratização, a Constituição da República de 1988 não apenas incorporou o foro privilegiado como também determinou quais autoridades, em razão de seus cargos ou funções públicas, seriam contempladas com essa prerrogativa especial vinculada às suas atribuições funcionais. A partir desse marco, o sistema constitucional brasileiro

passou a reconhecer apenas privilégios processuais vinculados estritamente ao exercício da atividade funcional, rejeitando qualquer benefício de natureza meramente pessoal.

Embora a justificativa para o foro privilegiado seja garantir o funcionamento das instituições, ele acaba por restringir um direito constitucional essencial: a ampla defesa. Isso ocorre porque os julgamentos realizados diretamente por tribunais superiores excluem a possibilidade de revisão da decisão por uma instância superior, contrariando o princípio do duplo grau de jurisdição.

Esse princípio fundamental do direito processual garante às partes de um processo judicial o direito de ter sua causa analisada por duas instâncias diferentes do sistema judiciário. Isso significa que, após a decisão de primeira instância, a parte pode recorrer a um tribunal superior para que o julgamento seja reexaminado, permitindo a correção de eventuais erros e assegurando maior confiabilidade e justiça às decisões.

Constituição e convenção

Nessa senda, ainda que Constituição de 1988 não mencione expressamente o “duplo grau de jurisdição”, ela consagra esse princípio em diversas disposições. O artigo 5º, inciso LX, assegura que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”, o que implica o direito de recorrer de decisões judiciais.

Além disso, a própria estrutura do Poder Judiciário (artigo 92, da Carta Magna) pressupõe a existência de instâncias revisoras, ao definir as competências dos tribunais, seja para julgar ações originárias, seja para processar recursos. Na mesma toada, o princípio do devido processo legal (artigo 5º, LIV) também reforça essa garantia, ao assegurar que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.

Sobretudo ressaltar que, além do ordenamento constitucional, a Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, trata do duplo grau de jurisdição de forma específica. O artigo 8.2.b garante a qualquer pessoa condenada por um delito o direito de recorrer da sentença para um juiz ou tribunal superior. Essa previsão, além de assegurar que as decisões judiciais podem ser revisadas, fortalece a segurança jurídica e evita arbitrariedades.

A inclusão desse direito na referida convenção demonstra o

compromisso dos Estados signatários com a proteção dos direitos humanos e com a garantia de um sistema judicial justo e eficaz, notadamente porque a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem reafirmado que o duplo grau de jurisdição se aplica a todos os processos penais.

Direito Comparado

No entanto, a existência do foro privilegiado no texto constitucional brasileiro representa infração direta à convenção e, por conseguinte, violação ao compromisso assumido pelo país ao aderir ao pacto. Isso porque, de acordo com o texto constitucional, quem é processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal não tem direito à apelação. A decisão daquela corte representa um veredito definitivo, contra a qual não cabe recurso que permita reverter a matéria fática de defesa. A irreversibilidade do julgado, além de configurar monopólio de instância única, é antagônico ao regime democrático, que visa promover a justiça, a inclusão e a igualdade de oportunidades.

O julgamento de autoridades diretamente por tribunais superiores compromete não apenas a ampla defesa, mas também o funcionamento do próprio Poder Judiciário. Nesse aspecto, como apontou o ministro Roberto Barroso no julgamento da AP938 QO, em 2018, “o modelo brasileiro de foro privilegiado não encontra paralelo no Direito Comparado. Países como Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos e Canadá sequer preveem essa possibilidade, enquanto na França e em Portugal o foro se restringe ao presidente da República e, em alguns casos, aos ministros de Estado”.

O ministro foi muito feliz quando afirmou que “fato é que não é difícil de demonstrar que, com essa quantidade de pessoas e com essa extensão, o foro se tornou penosamente disfuncional na experiência brasileira. E as disfuncionalidades são múltiplas”. afirmou, também, que “o Supremo se afasta da sua missão primordial: Guardião da Constituição e de equacionamento das grandes questões nacionais. Funcionar como tribunal criminal de primeira instância, como regra geral, é papel de juiz de primeiro grau e não do Supremo Tribunal Federal”. Arrematou compartilhando as seguintes reflexões: “[...] o sistema é ruína; o sistema funciona mal; o sistema traz desprestígio para o Supremo; o sistema traz impunidade”.

Ampliação

Na mesma decisão, o STF reco-

nheceu a disfuncionalidade do sistema e estabeleceu novos parâmetros para a prerrogativa de foro: “(i) O foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas; e (ii) Após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo”.

Apesar dessa limitação, recentemente o Supremo ampliou o foro privilegiado para ex-autoridades, mesmo após o fim de seus mandatos. Essa mudança gerou insegurança jurídica e pode levar ao deslocamento de processos para instâncias superiores, projetando essa nova transição no risco da morosidade resultar em prescrição, especialmente em casos de ex-prefeitos, atualmente, denunciados e processados na primeira instância.

A realidade é que aqueles que possuem foro privilegiado têm o direito de defesa restringido, pois suas condenações não podem ser revistas por outra instância. Enquanto cidadãos comuns podem recorrer a tribunais superiores, autoridades julgadas diretamente pelos Tribunais de Justiça ou Tribunais Regionais Federais não têm direito à apelação ao Superior Tribunal de Justiça, que se limita a discutir questões de direito e não reexamina provas.

Assim, enquanto um cidadão comum pode ter seu caso analisado em até quatro instâncias (juízo de primeiro grau, Tribunal de Justiça ou TRF, STJ e STF), autoridades com foro privilegiado são julgadas diretamente por tribunais superiores, sem direito a um segundo julgamento da matéria fática. Essa distorção viola o princípio da igualdade e compromete a garantia da ampla defesa.

É fácil concluir, portanto, que o foro privilegiado, ao impedir a revisão das decisões condenatórias por uma instância superior, confronta-se com o princípio constitucional da ampla defesa e com compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. O direito à apelação não pode ser negado a qualquer cidadão, independentemente do cargo que ocupa ou tenha ocupado. Se a Constituição vigente afirma que todos são iguais perante a lei, esse princípio deve ser respeitado na prática, garantindo a todos, sem exceção, o direito ao duplo grau de jurisdição e à plena defesa judicial.

Política & CIA

Avanços para áreas rurais



Secom

COM FOCO NO CAMPO, a segunda assembleia do ano da Amop reuniu prefeitos, vices, secretários de agricultura de toda a região e técnicos do IDR (Instituto de Desenvolvimento Rural), nesta quinta-feira (20), na instituição. O evento contou ainda com a presença do Secretário de Estado da Agricultura, Natalino de Souza. Os temas foram relacionados à área rural, suas potencialidades e demandas, especialmente em relação a melhorias de estradas, nas redes de distribuição de água e energia, produção de biogás e políticas públicas voltadas ao setor rural. “A nossa região é uma das terras mais produtivas do planeta e nós estamos sempre discutindo, avaliando, melhorando, avançando para cada vez produzir mais, gerar mais riqueza, alimentar mais seres humanos. A reunião aqui na Amop é para debatermos, discutirmos as ideias para colocarmos em prática estas ações tão importantes para o agronegócio”, disse o prefeito Renato Silva.

Carro-chefe

O evento lotou o auditório da entidade. “Essa presença dos nossos municípios aqui representados, demonstra o interesse em ouvir o que o Governo do Estado tem a apresentar para o campo. Os nossos municípios são essencialmente agrícolas. Nosso carro-chefe da economia é o agronegócio e o Secretário veio falar um pouquinho sobre aquilo que tem planejado no Governo do Estado para os próximos dois anos”, falou o presidente da Amop, Márcio Rauber.

Mulheres apenas

Na manhã de ontem (19), a Vereadora Bia Alcantara (PT) esteve na PIMP UP – Penitenciária Industrial Marcelo Pinheiro Unidade de Progresso, em Cascavel, para ministrar uma palestra aos apenados que estudam no CEEBIA Wilson Antônio Neduzdak. O encontro abordou o tema violência contra a mulher, promovendo um diálogo sobre a importância da igualdade de gênero e da conscientização para a construção de uma sociedade mais justa.

Desafios

Durante a palestra, a vereadora destacou os desafios enfrentados pelas mulheres no Brasil e a necessidade de combater todas as formas de violência de gênero. “A educação é uma ferramenta essencial para a transformação social. É fundamental que esse debate chegue a todos os espaços, incentivando a reflexão e a mudança de atitudes”, afirmou Bia Alcantara.

Reajuste em Toledo

Na manhã de ontem (20), os vereadores aprovaram o reajuste dos salários dos servidores municipais de Toledo em turno final, na 1ª Sessão Extraordinária de 2025. Nas duas votações, os parlamentares presentes deliberaram de forma unânime pela aprovação

do Projeto de Lei nº 35/2025, de autoria do Poder Executivo. O texto determina o reajuste em 6,27% dos vencimentos/salários e demais vantagens de servidores e empregados públicos, a partir de 1º de março.

Nova vereadora

A advogada Paula Vicente (PT) tomou posse como vereadora na Câmara Municipal de Londrina (CML). Ela assume a cadeira deixada pela vereadora Lenir de Assis (PT), que se licenciou do mandato até o final de 2026 para exercer o cargo de deputada federal no lugar de Gleisi Hoffmann. Paula jurou cumprir a legislação e a Constituição e assinou o Termo de Compromisso de Posse. Em seu discurso, a vereadora lembrou da luta das mulheres por espaço e participação na política.

Casa da Mulher

A Prefeitura de Foz do Iguaçu, em parceria com Itaipu Binacional, avança para consolidar a construção da Casa da Mulher Brasileira – um centro integrado que reunirá serviços essenciais para acolher e proteger mulheres vítimas de violência. A decisão de priorizar o projeto, segundo o prefeito General Silva e Luna, se baseia na necessidade urgente de ampliar a estrutura de assistência às mulheres, considerando a vulnerabilidade da região de triplíce fronteira e os elevados índices de violência de gênero.



Cidinha Marcon

Nos siga nas redes sociais

@gazetaparana @gazetadoparana



Nome de mulher

'Sonoridade perfeita': qual é o nome mais bonito do mundo, segundo a ciência, para meninas? Profissionais da Universidade de Birmingham, no Reino Unido, realizaram teste de linguística e escolheram o nome feminino com sonoridade perfeita. Os nomes das pessoas são uma base central de sua identidade e um aspecto importante de sua personalidade, refletindo a forma de ser e as características destacadas. Os pais, ao terem uma filha, geralmente discutem muito sobre qual nome gostam mais de dar. Conclusão: o nome mais bonito para uma mulher é Violeta. Esse nome, segundo o estudo, gera um entusiasmo que outros não conseguem, ideias positivas e boas sensações. Os outros nomes que seguem Violeta são: Rosa – Hannah – Zoe e Sofia.

Coleção Outono/Inverno Boho Spirit 2025

•A Gaúcha Megastore lançou com sucesso a nova Coleção Boho Spirit para o Outono/Inverno, trazendo a liberdade e sofisticação do estilo boho.

Inspirada no desejo de liberdade e na busca pela individualidade, a coleção oferece uma seleção de roupas e acessórios que permitem a cada mulher expressar sua verdadeira essência, com um visual único e cheio de atitude. O Boho Spirit esteve presente

em cada peça, com uma combinação harmônica de influências que celebram a liberdade de escolha.

O lançamento foi um sucesso, com um coquetel especial e drinks à tarde, onde todos puderam conhecer de perto as novidades.

Gaúcha Megastore – sempre ao lado das mulheres, oferecendo estilo, autenticidade e sofisticação para cada momento.



GAÚCHA

ANFITRIÃ

Ivone Kucinski e sua neta Maria Eduarda Baroni Kucinski. Foto: Samantha Resende



ANFITRIÃ

Andressa Kucinski aproveitou o embalo para mostrar alguns modelitos. Foto: Samantha Resende

Bom dia!

Que a vida te traga a idade, mas nunca o desencanto. Que os anos passem, mas que nunca te habitues. Sê como o rio, que flui em direção a algo maior. Que o teu coração cresça até ao fim e que nele caiba o que não é possível medir: o amor, o sonho e a poesia. Que o tempo te enrugue a pele, mas nunca a alma. A alma quer ser lisa: espelho e reflexo de luz. Que te ames no amor que dás e recebes. Que a distância nunca te impeça de estar perto e que as vidas de que esta é chegada, sejam a memória do que te ensinaram. Nem tudo está escrito. Há coisas que és tu que tens de escrever. (Eliete Bárbara)



AS AMIGAS

Silvana Mion e Fatima Formighieri curtindo a badalada Cancún mexicana, em família. Foto: arquivo pessoal

Charles Garbin

Nos siga nas redes sociais

@gazetaparana @gazetadoparana



pada

@padariagarbin

Saudade Não Tem Idade

Cascavel: Igreja São Cristóvão em construção

IMAGEM DE 1977 mostra a Igreja São Cristóvão em sua fase final de construção. O templo foi inaugurado no dia 7 de agosto daquele ano. A praça tinha mais paisagens na época, que foi alterada para dar espaço a estacionamentos e as tradicionais apresentações da Semana Santa.

A direita ainda é possível ver a velha igreja de madeira e logo atrás o portão.



Arquivo Kico Tebaldi

Catedral Santíssima Trindade em Maringá

OPrimeira igreja construída na área do "Maringá-novo", sendo a precursora da Basílica Menor. Possuía algumas variáveis ainda em madeira. Foi edificada com somente uma torre. Após um período, vislumbraram uma nova torre.

Era localizada no coração de Maringá, ao lado da atual Catedral Basílica Menor Nossa Senhora da Glória.



Prefeitura de Maringá

Pavimentação da Avenida República Argentina em 1952

Na imagem, obras de pavimentação da Avenida República Argentina, em junho de 1952, durante gestão do então prefeito Erasto Gaertner. A época, o uso dos bondes elétricos encontrava-se em acentuado declínio e a linha que ligava o Centro ao Portão foi a última a ser encerrada, ainda no mesmo ano, sendo substituída por ônibus à combustão.



Arquivo Público-Prefeitura de Curitiba

Vista parcial de Umuarama em 1976

Olha só o charme dos carrões da época! Essa bela imagem mostra parte da região central da cidade de Umuarama, no noroeste do Paraná, no ano de 1976.



Biblioteca IBGE

Ponto Azul em Ponta Grossa – Década de 1850

Acompanhando o desenvolvimento econômico e urbano de Ponta Grossa, em 1928 a cidade instituiu suas primeiras linhas de ônibus, que levaram os moradores até as três regiões mais populosas: Uvaranas, Nova Rinda e Oficinas.

No começo, os locais de embarque e desembarque de passageiros no centro do município ainda não estavam bem definidos, na função das rotas limitadas. Em meados de 1936, no entanto, começava-se a discutir a ampliação das linhas e, para isso, seria necessária uma melhor organização da infraestrutura. Em 1946 Ponta Grossa inaugurou o seu primeiro terminal de passageiros, o "Ponto Azul", localizado na praça Barão do Rio Branco.



Fundação Municipal de Cultura de Ponta Grossa Arquivo de Tabajara Macedo / Arquivo Ponta Grossa Histórica

AERIUM

SEE STYLE. SEE IT IN PRISM.

AERIUM

Cascavel J.L. Av. Toledo, 432 - Cascavel - PR

QR CODE: @AERIUMSHOPPINGJL

Mais+

Cultura | Entretenimento | Saúde | Tendências



Divulgação/Secom

Na manhã desta quarta-feira (19) o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial conheceu sua mesa diretora

Membros do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial são empossados

Toledo
SECOM

A SECRETARIA DE POLÍTICAS para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano (SMDH) promoveu, na manhã desta quarta-feira (19), a posse dos membros do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Compir). O evento foi realizado no Plenário e Auditório Edílio Ferreira, anexo à Câmara Municipal

O CONSELHO É UM ÓRGÃO FISCALIZADOR E ARTICULADOR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES VOLTADAS À PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

A FRASE

"Hoje celebramos a igualdade, reforçamos a importância desse assunto para a sociedade, para que todos possam falar e ser escutados. Por isso foi criado o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial"
MARIO COSTENARO
Prefeito de Toledo

de Venâncio. Durante o evento, além da posse, também foi realizada a votação para a mesa diretora do conselho, composta por presidente e vice-presidente.

A votação dos integrantes do conselho aconteceu na última segunda-feira (17), situação em que as instituições escolheram um representante, e posteriormente a SMDH avaliou criteriosamente cada instituição e candidato. Logo no dia seguinte, terça-feira

(18), os resultados foram publicados, para que a posse e a votação do presidente fossem realizadas nesta quarta-feira (19).

O prefeito de Toledo, Mario Costenaro, discursou na abertura do evento, e comentou sobre a importância do Compir. "Hoje celebramos a igualdade, reforçamos a importância desse assunto para a sociedade, para que todos possam falar e ser escutados. Por isso foi criado o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade

Racial", discursou.

O conselho é um órgão fiscalizador e articulador das políticas públicas, programas, projetos e ações voltadas à promoção da igualdade racial. O Compir tem como objetivo apoiar, auxiliar e sugerir campanhas informativas e outros eventos objetivando a promoção da igualdade racial, receber e encaminhar denúncias ou queixas de discriminação em razão de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional ocor-

ridas no território do Município de Toledo.

A secretária da SMDH, Sheila Delava, comentou sobre a evolução que o conselho irá trazer ao município. "Todos os conselhos que estão no município, são as vozes da população, toda vez que se cria um conselho, estamos dando voz e permitindo a participação da população geral, por isso se faz importante o Compir, para que as comunidades sejam ouvidas", comentou a secretária.

Conscientização Ambiental: CCZ realiza ação nas escolas municipais sobre o uso correto da água

Educadores da saúde promovem ações em referência ao Dia Mundial da Água para sensibilizar crianças sobre o uso responsável e conservação dos recursos hídricos

Secom
Foz do Iguaçu

Em Foz do Iguaçu, o Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) está realizando uma importante ação nas escolas municipais em celebração ao Dia Mundial da Água, que ocorre no próximo dia 22 de

março. A iniciativa busca conscientizar os estudantes sobre a importância da água e os cuidados necessários para evitar o desperdício, além de promover práticas que contribuam para a saúde pública e o bem-estar ambiental.

Os educadores da saúde, do CCZ, estão desenvolvendo atividades educativas com crianças de diversas idades. Durante as aulas, são apresentados conteúdos sobre a importância da água para a vida, dicas de como utilizar esse recurso de forma consciente e as consequências do seu uso inadequado. "Apreendi que

não pode deixar lixo no quintal, para não ter água parada e com isso não criar os ovínios", comentou a jovem Yasmin Manuella Laabs, de 9 anos.

Além de discutir o uso consciente da água, os educadores abordam também a questão do lixo e seu impacto no meio ambiente. Com o aumento da incidência de doenças como a dengue, a prevenção torna-se um tema central nas palestras. Os profissionais enfatizam a importância de manter os quintais limpos e livres de resíduos, evitando assim a formação de água parada, que serve de criadouro

para o mosquito *Aedes aegypti*. "Faremos a relação da saúde da água com a do meio ambiente, e o descarte correto dos resíduos para evitar que a água fique doente e não transmita doença nas pessoas. As crianças são fundamentais, elas educam as pessoas da família, é uma atividade muito gratificante", destaca a educadora em saúde, Giselli Maria Kurtz.

A iniciativa do CCZ é parte de um esforço mais amplo para promover a saúde pública e a sustentabilidade em Foz do Iguaçu. Com a participação ativa das escolas, a expectativa é que a



Divulgação/Secom

mensagem sobre a importância da água e a preservação do meio ambiente chegue também às famílias dos alunos, ampliando o impacto da campanha.

No Dia Mundial da Água, as escolas municipais se tornam verdadeiros centros de aprendi-

zado e conscientização, promovendo não apenas a educação ambiental, mas também a saúde coletiva. A ação do CCZ reforça o compromisso da cidade em cuidar do meio ambiente e de seus cidadãos, criando um futuro mais sustentável e saudável para todos.

Mais que arrecadar chocolate, a campanha é símbolo de solidariedade e responsabilidade social; toda comunidade pode fazer doações

OAB Cascavel

realiza mais uma edição da campanha Páscoa Solidária

AS DOAÇÕES INICIARAM NA SEGUNDA-FEIRA (17) E SEGUEM ATÉ O INÍCIO DE ABRIL

A FRASE

"A Páscoa, simbolizando renovação e solidariedade, é um momento propício para estimular esse envolvimento e multiplicar gestos de empatia. Esse é nosso objetivo há anos, pois entendemos que participar da comunidade, especialmente na comunidade em que estamos inseridos, nos torna ainda mais conscientes da nossa responsabilidade social"

SILVIA MASCARELLO MASSARO
Presidente da OAB Cascavel

Cascavel Assessorias

AS DOAÇÕES para a tradicional Campanha Páscoa Solidária da OAB Cascavel (Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Cascavel) já começaram. A iniciativa busca arrecadar caixas de bombom para os 285 alunos da Escola Municipal Professora Ivone Varela dos Passos e contempla também os 45 estudantes da ACAS (Associação Cascavelense de Amigos de Surdos). As doações iniciaram nesta segunda-feira (17) e seguem até o início de abril.

Realizada anualmente, a campanha tem como objetivo levar um gesto de carinho às crianças da comunidade vizinha ao Centro de Convivência dos Advogados. Mais do que doar

chocolates, a iniciativa reforça a conexão entre a advocacia e a comunidade local, reconhecendo a importância de fortalecer laços e gerar impacto positivo em quem está ao redor. Além disso, a OAB repete o gesto com a ACAS anualmente.

"A Páscoa, simbolizando renovação e solidariedade, é um momento propício para estimular esse envolvimento e multiplicar gestos de empatia. Esse é nosso objetivo há anos, pois entendemos que participar da comunidade, especialmente na comunidade em que estamos inseridos, nos torna ainda mais conscientes da nossa responsabilidade social", pontua a presidente da OAB Cascavel, Silvia Mascarello Massaro.



SUA DOAÇÃO PODE ADOÇAR AINDA MAIS A PÁSCOA!

Compartilhe amor em forma de chocolate!

Doações serão destinadas aos alunos da:

- Escola Municipal Profª Ivone Varela dos Passos;
- ACAS (Associação Cascavelense de Amigos de Surdos).

OAB Cascavel - Av. Assunção, 668



OAB Cascavel realiza mais uma edição da campanha Páscoa Solidária. Divulgação/OAB

A parceria representa muito mais do que um presente. No caso das crianças da Escola Municipal Professora Ivone Varela dos Passos, é um verdadeiro gesto de acolhimento e de igualdade, segundo a diretora Taisa Quetoz Pinto. "Por meio dessa colaboração, podemos proporcionar um momento de alegria para nossos alunos, especialmente àqueles que talvez sequer tenham condições de celebrar a Páscoa com um chocolate, que é um dos símbolos de renovação da vida".

Sobre a iniciativa

A ideia é que advogados e comunidade em geral participem contribuindo com caixas de bombom, que podem ser entregues na sede da OAB Cascavel

(Avenida Assunção, nº 668 - Alto Alegre). Quanto antes a adesão, melhor a organização da campanha, que é liderada pela CAA (Caixa de Assistência ao Advogado), com apoio do Projeto Corrida Legal.

A entrega dos donativos às escolas ocorre na semana da Páscoa, quando os itens são repassados à comunidade escolar para montagem dos kits e distribuição entre os alunos.

A meta, este ano, é ultrapassar as doações nas últimas edições. "São necessários, no mínimo, 350 kits para atender as duas escolas", reforça a doutora Silva.

Opine
gasetaparana.com.br
leitor@gasetaparana.com.br

Margareth Menezes discute ações de cooperação cultural entre Brasil e França

Encontro com o embaixador Emmanuel Lenain abordou projetos bilaterais, coproduções audiovisuais e propostas de cooperação trilateral com países africanos

MinC
Brasília

• A ministra da Cultura, Margareth Menezes, foi recebida, nesta quarta-feira (19), pelo embaixador da França no Brasil, Emmanuel Lenain. A reunião, que ocorreu durante o almoço, abordou a agenda de cooperação entre os dois países, o fortalecimento das relações entre instituições francesas e brasileiras no setor cultural, bem como iniciativas no âmbito da Temporada Cultural Brasil-França.

Um dos pontos centrais da conversa foi a possibilidade de cooperação trilateral entre Brasil, França e Benin para desenvolvimento de projeto de restauração da Mesquita de Porto Novo, no Benim, considerando a herança histórica e cultural francesa e luso-brasileira presente na capital beninense. A proposta está em construção e é resultado da recente visita oficial da Ministra Margareth Menezes ao Benim, em janeiro deste ano.

A temporada cultural entre os dois países também esteve em pauta. A partir de iniciativas culturais, artísticas e científicas no Brasil e na França, entre abril e novembro, espera-se fortalecer ainda mais o



Embaixada da França

intercâmbio bilateral. A ideia é aproveitar as sinergias já existentes no campo cultural, em conexão com importantes temas de reflexão da atualidade: mudanças climáticas e transição ambiental; diversidade de sociedades e diálogo com a África; democracia e globalização justa.

Durante o encontro, destacou-se também o impacto econômico do setor cultural e

criativo e a convergência entre as políticas culturais brasileiras e francesas, em especial quanto à regulação do setor audiovisual e proteção dos direitos autorais, com interesse no aprofundamento da cooperação nessas áreas.

No campo audiovisual, a ministra relatou as políticas de retomada da produção nacionais, destacando ainda a importância das co-produções

dos países nesse cenário. Celebrou ainda a escolha do Brasil como país homenageado no Marché du Film do Festival de Cannes de 2025, um dos maiores eventos do setor.

Já no campo das artes, destacou que a Funarte lançou nesta segunda-feira (17) edital para promover a participação de agentes artísticos brasileiros na França, no âmbito da Temporada Cultural. A Embaixada

francesa informou ainda sobre programa de intercâmbio e residências artísticas em construção, para promover conexões artísticas entre França, Brasil e África.

"A cooperação cultural entre Brasil e França é fundamental para fortalecer laços históricos e promover um intercâmbio que beneficia artistas, pesquisadores e toda a sociedade. Estamos construindo parcerias

"A cooperação cultural entre Brasil e França é fundamental para fortalecer laços históricos e promover um intercâmbio que beneficia artistas, pesquisadores e toda a sociedade. Estamos construindo parcerias sólidas que impulsionam nossa diversidade e fomentam novas oportunidades para o setor cultural"

MARGARETH MENEZES
Ministra da Cultura

sólidas que impulsionam nossa diversidade e fomentam novas oportunidades para o setor cultural", destacou Margareth Menezes.

Participaram do encontro, o secretário-executivo adjunto, Cassius Rosa; a secretária do Audiovisual, Joelma Oliveira; o assessor especial da ministra, Carlos Patva; e o chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, Bruno Melo.

Interesse estrangeiro pela literatura brasileira cresce e MinC fortalece programa de apoio à tradução



Divulgação/MinC

Traduzindo o Brasil:

A internacionalização da literatura nacional

Entre 2012 e 2014, o Brasil foi homenageado em diversas feiras literárias internacionais, o que resultou em um número significativo de traduções e apoios concedidos pelo programa

Curitiba
MinC

NOS ÚLTIMOS ANOS, a literatura brasileira tem ganhado cada vez mais espaço internacional, tanto escritores com suas obras clássicas, como Machado de Assis, Clarice Lispector e Jorge Amado, quanto autores contemporâneos, como Conceição Evaristo, Ailton Krenak, Eliana Alves Cruz, Jarid Arraes, entre outros, vêm conquistando leitores em diferentes partes do mundo.

Esse crescimento é reflexo de iniciativas que incentivam a tradução e publicação de obras nacionais no exterior, a exemplo do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior, gerido pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN), em parceria com a Secretaria de Formação Cultural, Livro e Lettura, Ministério da Cultura (MinC), e Instituto Guimarães Rosa, do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Instituído em 1991, como parte da Política de Internacionalização do Livro, tem o objetivo de oferecer suporte financeiro para editoras estrangeiras que desejam traduzir e publicar obras de escritores brasileiros. A iniciativa traduziu mais de 1.200 livros brasileiros para 45 idiomas, incluindo inglês, espanhol, francês, italiano, russo e chinês.

"O Programa de Apoio à Tradução, do alto de seus 30 anos, é uma das joias da Biblioteca Nacional. Difundir a literatura brasileira no exterior representa uma de suas marcas essenciais, abrangendo os quatro cantos da Terra. A diversidade de nossa cultura levada para o diálogo entre as nações, mediante a cultura da paz e da amizade. Esse programa de grande sucesso reflete a competência do Centro de Cooperação e Difusão da Biblioteca Nacional do Brasil", destaca o presidente da Biblioteca Nacional, Marco Lucchesi.

Segundo a FBN, alguns fato-

res explicam esse aumento da procura por obras nacionais. Entre 2012 e 2014, o Brasil foi homenageado em diversas feiras literárias internacionais, o que resultou em um número significativo de traduções e apoios concedidos pelo programa. O mesmo ocorreu nos anos de 2023 e 2024, já com a gestão da Secretaria de Formação, Livro e Lettura (Selli). Nestes períodos, houve um grande aumento na procura pela literatura brasileira. Além disso, um fator decisivo para essa expansão foi o intenso trabalho de divulgação do edital do Programa de Apoio à Tradução, realizado pela FBN junto às embaixadas estrangeiras.

"A gente tem notado, nas feiras de livro em que o Brasil vem sendo homenageado, agora por último, por exemplo, fomos o país homenageado na feira do livro de Havana. Em 2023 também, na feira do livro de Bogotá, também na Feira do livro de La Paz, Bolívia, entre outras. Ou seja, tem um mercado muito atento, ao que estamos produzindo do ponto de vista literário", comenta Jefferson dos Santos Assunção, diretor de Livro, Lettura, Literatura e Bibliotecas do Ministério da Cultura (MinC).

Segundo o diretor, o programa de tradução é muito importante para o posicionamento da literatura brasileira no exterior, uma vez que há um interesse de diversos países.

"Quanto mais a gente promove a tradução, mais a gente promove o intercâmbio cultural. Então, quanto mais a gente se abre para o diálogo com outras culturas, outras literaturas, mais a gente ganha com isso, e mais a gente mostra um país criativo. Um país que tem uma literatura de alta intensidade, e que está sendo valorizada, nesse aumento bastante grande de livros publicados no exterior", analisa.

Autores brasileiros conquistam o público internacional

Entre as autoras beneficiadas pelo programa, está Jarid Arraes, com o romance *Corpo Desfeito*, que foi contemplado no Edital Comunidade de Países de Língua

A FRASE

"O Programa de Apoio à Tradução, do alto de seus 30 anos, é uma das joias da Biblioteca Nacional. Difundir a literatura brasileira no exterior representa uma de suas marcas essenciais, abrangendo os quatro cantos da Terra. A diversidade de nossa cultura levada para o diálogo entre as nações, mediante a cultura da paz e da amizade. Esse programa de grande sucesso reflete a competência do Centro de Cooperação e Difusão da Biblioteca Nacional do Brasil"

MARCO LUCCHESI

Presidente da Biblioteca Nacional

Portuguesa (CPLP), traduzido para Portugal. Nascida no sertão do Ceará, na região do Cariri, vê sua trajetória profissional dar um salto ao alcançar leitores estrangeiros.

"Eu me senti muito honrada. Receber um reconhecimento com toda essa relevância é algo impactante e recompensador, especialmente levando em consideração que sou uma mulher que nasceu e cresceu no sertão do Ceará. É crucial que programas como esse cumpram o papel de representar toda a bibliodiversidade brasileira, toda a riqueza da nossa língua, do vocabulário diverso que existe em diferentes estados do país. Recebo essa notícia com um sentimento de admiração pela existência desse programa", celebra.

A autora relembra o início da carreira como escritora independente, publicando seus próprios livros em um mercado editorial que, na época, oferecia poucas oportunidades para vozes fora do eixo Sudeste.

"Eu lembro de criar tabelas analisando os livros nacionais que eram publicados pelas editoras e me decepcionar com a quantidade baixa de obras escritas por mulheres e por autoras de outras regiões do Brasil. Ouvi muitas vezes que o mercado não tinha interesse no que eu escrevia, porque os leitores não tinham interesse também. No entanto, eu vendia meus livros e meus cordões pelas redes sociais e tinha muito sucesso, muitos leitores. Foi quando percebi que eu tinha construído uma carreira sólida como autora independente que fui convidada por editoras que me publicaram. Hoje tenho leitores maravilhosos no Brasil inteiro e vejo que o mercado está evoluindo para a bibliodiversidade da literatura brasileira", disse.

Para a escritora, essa diversidade é essencial para que a literatura brasileira tenha reconhecimento por sua pluralidade linguística e cultural.

"Nós temos muita riqueza literária que merece ser traduzida e reconhecida em outros países. Para minha carreira, alcançar

leitores estrangeiros é uma conquista inestimável. Representa a valorização de um trabalho artístico que contribui para a literatura brasileira com personagens, ambientações e vocabulário que ainda não possuem o merecido alcance e reconhecimento", conta.

Ela analisa que os interesses de leitores de outros países pela literatura brasileira demonstram que as obras literárias são universais, possuem qualidade técnica e criativa, contribuem profundamente para a expansão do pensamento crítico e da capacidade de aproximação humana.

Dados

No primeiro edital de 2023, foram 24 inscrições e 22 editoras apoiadas. No segundo edital, lançado no mesmo ano, com apoio financeiro da Secretaria de Formação, Livro e Lettura (Selli) e do Instituto Guimarães Rosa (IGR) foram recebidas 136 inscrições, com 113 apoios concedidos.

Em 2024, as inscrições foram finalizadas em 6 de outubro, e o número de interessados na iniciativa subiu para 310, evidenciando o crescente interesse internacional pela literatura brasileira, com 113 projetos apoiados de editoras de 25 países. Entre os selecionados estão Argentina, Estados Unidos, México, Itália, França, Bolívia, Alemanha, Colômbia, Grécia, Rússia, China, Reino Unido, Noruega, Turquia, Peru, Suécia, Egito, Espanha, San Marino, Dinamarca, Filipinas, Cuba, Moçambique, Portugal e Azerbaijão.

No total entre o ano de 2023 e 2024, a iniciativa apoiou 239 editoras e destinou mais de R\$ 3 milhões à tradução de títulos nacionais.

As obras mais traduzidas pelo programa incluem *Dom Casimiro* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, além de *A Hora da Estrela*, de Clarice Lispector, todas com pelo menos dez traduções registradas. Sendo o espanhol, o francês, o inglês e o alemão os idiomas mais alcançados.

Mais+



WWW.GAZETADOPARANA.COM.BR

GazetadoParaná

UM JORNAL
QUE TEM CULTURA